

Desde os seus primórdios, as civilizações utilizaram a tradução como intercâmbio cultural entre os povos.

No entanto, nunca foi elaborado um panorama histórico do papel que essa atividade representou para a evolução da humanidade. É nessa perspectiva que, sob a coordenação de Jean Delisle e Judith Woodsworth, um grupo de especialistas de várias partes do mundo se debruçou sobre essa tarefa, tentando preencher uma lacuna até então existente.

A obra *Os tradutores na história* se articula em torno de nove temas, que correspondem a algumas facetas do trabalho de tradutores e intérpretes. O seu objetivo é lembrar a importância de tradutores do passado e ao mesmo tempo valorizar essa profissão, mostrando como ela contribuiu para a história intelectual e cultural da humanidade ao longo dos séculos.

Resultado: um grande painel que se oferece ao leitor com as personalidades da história da tradução que deixaram suas marcas, seja inventando alfabetos, colaborando para o enriquecimento das línguas, estimulando a formação

W. Delisle
13/9/2002

a
as
os

ESCRIT

a
as
os

COLEÇÃO MÚLTIPLAS ESCRITAS

Organizado e dirigido por
Jean Delisle e Judith Woodsworth

OS TRADUTORES NA HISTÓRIA

Tradução
Sérgio Bath

ea
editora ática



Figura 4: São Cirilo e São Metódio

2

OS TRADUTORES E O DESENVOLVIMENTO DAS LÍNGUAS NACIONAIS

Como vimos, os tradutores ajudaram a desenvolver sistemas de escrita. Em seus esforços para transportar determinados textos fundamentais de uma cultura para outra, tiveram também um impacto na evolução da própria linguagem. Como comentou o filósofo francês Jean le Rond d'Alembert (1717-83), em suas *Observations sur l'art de traduire*, "as traduções bem-feitas são o meio mais rápido e mais seguro de enriquecer as línguas" (Lefevre, 1992, p. 112). Este capítulo pretende examinar as várias formas como os tradutores têm contribuído para o desenvolvimento, o enriquecimento e a promoção das línguas nacionais, com ênfase particular em seis delas: inglês, francês, sueco, alemão, gbaia e hebraico.

Nos estudos de casos apresentados nestas páginas, a tradução não aparece como um fenômeno isolado, mas associada a certos projetos mais importantes, de natureza nacionalista, ideológica e religiosa, que tinham, muitas vezes, o apoio de monarcas, aristocratas e instituições. O poder desses patrocinadores, ou o contexto crítico em que as traduções foram realizadas, ajudou a dar impulso e, em alguns casos, munição aos tradutores, legitimando o seu trabalho. O que, por sua vez, lhes possibilitou influenciar sua língua e cultura.

Começamos com o exemplo da Inglaterra, onde as influências estrangeiras enriqueceram a língua e, ao mesmo tempo, estimularam a necessidade de um idioma verdadeiramente nacional. Na França, o nacionalismo, combinado com a existência de monarquias poderosas, encorajou a tradução e a incorporação de grandes obras estrangeiras, muitas vezes com o objetivo expresso de fortalecer e emancipar a língua nacional. Na Suécia, o surgimento de um vernáculo escrito coincidiu com a cristianização do país. No fim da Idade Média, o mosteiro de Vadstena, conhecido como "o berço da tradução sueca",

sediou um amplo esforço de tradução, que ajudou a desenvolver o moderno sueco escrito. Os tradutores que vieram depois, particularmente os tradutores reformistas da Bíblia para o sueco, continuaram a promover a língua nacional. Na Alemanha também foi a tradução de textos cristãos que levou à formação de uma língua padrão. O exemplo de Martinho Lutero merece atenção especial; além do seu papel eclesiástico, Lutero foi a força promotora da criação de uma língua literária na Alemanha. Na África, como em muitos países europeus, língua e religião estiveram associados; no período colonial, os missionários que vinham difundir o Evangelho cristão contribuíram muito para promover as línguas locais. Uma instituição como o Centro de Traduções para Gbaja, de Meiganga, na República dos Camarões, reforçava a necessidade ideológica de promover uma língua nativa. O último exemplo é o hebraico, selecionado pela situação especial dessa língua: um idioma antigo que, durante séculos, foi a língua sagrada do povo judeu, revivida para ser usada, no século XX, por uma nova nação. Os tradutores contribuíram para inventar novos recursos lingüísticos e para transformar o hebraico em uma autêntica língua moderna.

UMA LÍNGUA PARA A INGLATERRA

"A língua inglesa é o mar que recebe tributários de todas as regiões deste mundo", disse o poeta e ensaísta norte-americano Ralph Waldo Emerson (citado em McCrum, 1986, p. 11). A língua inglesa é híbrida, uma mistura dos vários ramos da família indo-européia. Seu desenvolvimento está ligado a sucessivas invasões e incursões, e sua história está marcada por conquistas e conversões. À medida que na Inglaterra convergiam diferentes culturas e línguas, entrechocando-se, a tradução desempenhava seu papel habitual de mediação e fertilização cruzada, especialmente quando os tradutores podiam modificar o rumo dos acontecimentos, mediante a posição de autoridade que ocupavam ou a influência do trabalho realizado. Esta seção focaliza a contribuição dada por quatro homens: o rei Alfredo, o Grande, Geoffrey Chaucer, William Caxton e William Tyndale¹.

As ilhas Britânicas foram colonizadas inicialmente pelos celtas, um povo indo-europeu que se retirou para o oeste, diante do avanço dos itálicos e teutônicos. Júlio César invadiu a Inglaterra em 55 a.C., embora a conquista romana só tivesse começado seriamente no ano 43 da Era Cristã. A despeito de um certo grau de romanização, o latim não substituiu a língua celta original, como aconteceu na Gália, e entrou em declínio com a retirada dos romanos, depois do ano 410 (Baugh, 1957).

Em 449, teve início outra série de invasões, desta vez pelos anglos, saxões e jutos, tribos teutônicas que trouxeram consigo a língua germânica que se tornaria a base do inglês moderno. Logo porém surgiram outras influências: em 596 o latim voltou à Inglaterra, pela conversão e não mais pela conquista, quando Agostinho², o primeiro arcebispo de Canterbury, promoveu o cristianismo na Inglaterra pagã e começou a organizar a Igreja inglesa³.

As primeiras traduções para a língua inglesa resultaram da cristianização da Inglaterra, e eram principalmente religiosas. Aldhelm (c. 640-709), um notável classicista, traduziu os Salmos. Uma geração mais tarde, o Venerável Beda (c. 673-735), um erudito beneditino inglês, um dos homens mais cultos da sua época, escreveu sobre quase todos os campos do conhecimento; diz-se que já no leito de morte ditou uma tradução do Evangelho de São João. A conversão da Inglaterra deu nova direção ao inglês antigo, que ganhou um amplo vocabulário eclesiástico — palavras de origem latina, grega e mesmo hebraica —, estimulando, ao mesmo tempo, os anglo-saxões a empregar termos já existentes para denotar novos conceitos. Devido a esse encontro de culturas diferentes, a Inglaterra era considerada, no século VIII, como tendo "a liderança intelectual da Europa" (Baugh, 1957, p. 97).

As invasões dos vikings começaram em 793, com expedições predatórias; duraram cerca de trezentos anos, terminando com o estabelecimento dos nórdicos na Inglaterra, que durante algum tempo (1016-42) chegou a ser parte do império do mar do Norte do rei Canuto e seus filhos. Esses nórdicos, chamados de "dinamarqueses" pelos anglo-saxões (*danes*), tiveram uma influência profunda no desenvolvimento do inglês antigo, contribuindo com topônimos, como os terminados em *by* (Derby, por exemplo), e cerca de novecentas palavras — *sky*, *skein*, etc. De igual importância, contudo, foi a reação à incursão nórdica.

Quando Alfredo (849-99) se tornou rei de Wessex, em 871, quase metade do país estava em mãos dos dinamarqueses. Alfredo lutou contra eles em duas frentes. Sua vitória levou à assinatura de um tratado e à subsequente retirada do inimigo para o norte. Se o êxito militar de Alfredo salvou da destruição a nação inglesa, suas atividades intelectuais salvaram a língua inglesa e difundiram a escrita entre seus súditos. Sua maior contribuição foi ter usado o inglês, em vez do latim, como linguagem de instrução do povo. Primeiro monarca a simbolizar a unidade nacional, procurou exercer o controle político dos povos de fala inglesa, no sul, apelando para o seu "sentido compartilhado de nacionalidade, representado pela língua inglesa" (McCrumb, 1986, p. 69).

Único soberano inglês cognominado "o Grande", Alfredo se tornou conhecido tanto pela dedicação à cultura como pela habilidade como líder político. É conhecido pelo seu Livro das Leis, ou *Dooms*, que procurava combinar a lei mosaica com os princípios cristãos e os antigos costumes germânicos, e começou a escrever a história do país na *Crônica dos saxões*.

Relativamente tarde na sua vida — já tinha quase 40 anos —, Alfredo aprendeu latim para poder traduzir, ou encomendar a tradução de textos importantes, como a famosa *Historia ecclesiastica gentis anglorum* (História eclesiástica do povo inglês), de Beda. O rei traduziu pessoalmente alguns livros: por exemplo, a *Cura pastoralis* ou *Regula pastoralis*, do papa Gregório, e *De consolatione philosophiae*, de Boécio. Às vezes, ele traduzia palavra por palavra, outras vezes livremente, como registrava nos prefácios, acrescentando sempre ao texto original seus próprios comentários.

Alfredo empreendeu um programa de traduções para impedir o declínio cultural do país. Começou com Gregório, que tinha interesse especial por haver iniciado a missão agostiniana; seu *Trabalho pastoral* (que Alfredo intitulou "Livro do pastor") era considerado um manual básico para os clérigos. Alfredo enviou uma cópia da tradução a cada diocese. No seu prefácio, o rei refletia sobre a importância das traduções, de modo geral, e particularmente no caso do seu povo, que deixara de compreender o latim. Mostra que a circulação daquela obra em inglês representaria um estímulo à alfabetização, fortalecendo assim o idioma nacional:

Lembrei-me então de que a Lei foi expressa primeiramente na língua hebraica, e depois, ao aprendê-la, os gregos a traduziram na sua própria língua, como todos os outros livros. Mais tarde o mesmo aconteceu com os romanos, que os aprenderam e a todos traduziram na sua língua, por meio de intérpretes competentes. E todas as outras nações cristãs traduziram também partes deles nos seus idiomas. Portanto parece-me melhor [...] traduzir certos livros, cujo conhecimento por todos é mais necessário. em uma língua que possamos todos compreender, arranjando as coisas [...] de modo que toda a juventude inglesa [...] possa ler na sua língua, e escrevê-la bem (apud Swanton, 1975, p. 30-2).

Assim, a tradução, conforme praticada e estimulada por um monarca da estatura de Alfredo, era um meio de liberar a língua inglesa, criando um sentido de unidade nacional e estabelecendo os fundamentos da prosa inglesa. A tradução continuou a florescer depois do rei Alfredo, especialmente nos mosteiros e em outros centros religiosos. O monge beneditino Ælfric (955-1020), por exemplo, traduziu para o inglês antigo *Vidas dos santos e Homilias*, com prefácios que demonstravam sua intenção de escrever de forma clara

e simples, para que fosse compreendido pela gente do povo, sem muita instrução. Cognominado "o Gramático", Ælfric escreveu uma gramática latina, o *Colloquium* (um livro de leituras latinas sob forma de diálogo), e um dicionário latino-inglês que foi o primeiro do gênero. Com essas obras, contribuiu para o desenvolvimento estilístico da prosa inglesa.

Geoffrey Chaucer (c. 1340-1400), um dos maiores poetas da Inglaterra, foi também um dos pais da língua inglesa: "o venerável pai fundador e embelezador da língua inglesa", segundo William Caxton (citado em McCrum, 1986, p. 82). Depois da conquista normanda de 1066, que provocou outra "importante colisão lingüística" (McCrum, 1986, p. 73), o francês passou a ser usado nos círculos oficiais, enquanto o latim era o principal idioma acadêmico. No século XIV, contudo, o inglês começou a ocupar seu lugar como língua oficial; foi introduzido nas escolas em 1350, nos tribunais em 1362 e no Parlamento em 1399. Ao decidir conscientemente escrever em inglês, Chaucer simbolizava o restabelecimento do inglês como língua nacional.

Chaucer foi educado como um nobre, em família aristocrática, e teve uma carreira brilhante a serviço da corte real. Cumpriu uma variedade de funções, inclusive missões diplomáticas na França e na Itália. Sua produtividade artística era notável, considerando suas atividades profissionais. Tinha familiaridade com a literatura clássica e vernácula em pelo menos três línguas: latim, francês e italiano. Adaptou muitas obras do francês, especialmente *Le roman de la rose* de Guillaume de Lorris e Jean de Meung (uma parte do qual ele traduziu, e duas outras lhe são atribuídas). Traduziu também do latim obras de Ovídio, Virgílio e Boécio; e de Boccaccio, do italiano. Traduzia livremente, fazendo acréscimos quando julgava necessário. Chaucer influenciou o gênero lírico, estabeleceu os fundamentos da poesia narrativa e importou muitos gêneros: por exemplo, a balada, o romance e o *fabliau* (Cohen, 1962, p. 10-2).

Até mesmo no seu *Tratado sobre o astrolábio*, que mostra como seu interesse atingia o campo científico, Chaucer fez uma opção deliberada pelo inglês em lugar do latim. No prólogo, mostra que o inglês lhe havia permitido chegar a *nabwt only as trewe but as many and as subtil conclusiouns as ben shewed in Latyn* (conclusões não só tão verdadeiras quanto no latim, mas igualmente numerosas e sutis). E acrescenta: *God save the King, that is lord of this language* (Deus guarde o Rei, que é o senhor desta língua). Esta é a mais antiga referência à Chancelaria real, que instituiu a forma oficial do inglês escrito (Chaucer, 1977, p. 909).

O estilo singular de Chaucer incorporava "a riqueza do *Middle English*, latinizado e afrancesado pelo cristianismo e a conquista" (McCrum, 1986, p. 81). Mas ele era antes de mais nada um poeta cortesão; sua linguagem refletia a fala da corte real e uma tradição literária fortemente influenciada pelo francês. Não era o inglês usado nos documentos administrativos da época, nem a língua ordinária de Londres. Embora valorizasse o dialeto da sua região, Chaucer não determinou com precisão a forma que iria adotar o inglês padrão no século seguinte (Baugh, 1957, p. 233).

No curso daquele século, o inglês se tornou a linguagem escrita da administração e do Parlamento. Henrique V, que reinou de 1413 a 1422, foi o primeiro monarca inglês desde a Conquista a usar o inglês nos documentos oficiais. Inspirados pelo rei, em 1422, os fabricantes de cerveja de Londres, que formavam uma associação profissional influente, adotaram o inglês escrito, marcando assim o começo do fim da supremacia do latim e do francês. A introdução da imprensa na Inglaterra foi também um fator decisivo: "William Caxton teve tanta importância para a língua, à sua maneira, como Geoffrey Chaucer, cuja obra ele imprimiu" (McCrum, 1986, p. 85).

William Caxton (1422-91) começou sua vida profissional como um *merchant adventurer* — operador do comércio de exportação e importação —, dedicado ao lucrativo intercâmbio que se iniciava entre a Inglaterra e os Países Baixos (fig. 5). A lã era o produto mais importante dessa época, mas Caxton negociava também com manuscritos ilustrados. Escritos principalmente em francês e destinados aos círculos cortesãos da Inglaterra, esses manuscritos eram sobretudo romances, obras de história ou religiosas, como biografias de santos. Caxton passou a presidir a liga dos comerciantes ingleses, em Bruges⁴, e nessa função, que exerceria aproximadamente entre 1462 e 1471, participou das negociações entre a Inglaterra e os duques da Borgonha, que controlavam então os Países Baixos.

Foi relativamente tarde que Caxton deu início à carreira de tradutor e impressor. Começou a traduzir do francês para o inglês por volta de 1469. Em 1471 se pôs a traduzir a história de Tróia de Raoul Lefèvre, e em Colônia aprendeu a arte da impressão, tendo publicado sua tradução (*The recuyell of the histories of Troye*) em 1473-74, em Bruges — o primeiro livro impresso em inglês. Em 1476, já então aposentado como comerciante e diplomata, voltou à Inglaterra e montou uma imprensa dentro da Abadia de Westminster, localização conveniente para os cortesãos ingleses, que eram seus melho-

res clientes (Blake, 1973). O primeiro livro que imprimiu foi uma tradução feita por Anthony Woodville, *Dictes and sayenges of the phylosophers* (fig. 11).

A partir dessa época e até morrer, em 1491, Caxton imprimiu muitas obras para sua clientela aristocrática. Suas edições eram de dois tipos: escritos de poetas da corte, como Chaucer, Gower e Lydgate, e traduções em prosa para o inglês de livros franceses, preparadas por ele ou por seus patrocinadores. Caxton imprimiu assim boa parte da própria obra, além de algumas traduções importantes: as *Metamorfoses*, de Ovídio; a *Lenda de ouro* (a partir de uma versão francesa da *Legenda aurea*, coleção hagiográfica de Jacobus de Voragine, do século XIII); *Espelbo do mundo* (do compêndio informativo medieval intitulado *Image du monde*); as *Fábulas*, de Esopo (de uma versão francesa publicada em 1840 em Lyon); e numerosas outras obras difundidas amplamente pela Europa naquela época (Blake, 1973).

Embora houvesse considerável diversidade dialetal no inglês falado quando Caxton instalou sua imprensa, na maior parte do país o padrão londrino ganhava aceitação na escrita. Sua decisão de reproduzir em suas numerosas traduções e nas outras obras impressas a linguagem e, em especial, a grafia usadas em Londres e no sudeste da Inglaterra teve importância crucial: "os livros editados por ele e pelos seus sucessores promoveram a difusão do inglês de Londres de modo a garantir mais do que qualquer outro fator sua rápida adoção" (Baugh, 1957, p. 235).

O próprio Caxton descreveu seu método de trabalho no prefácio de *Eneydos*, uma paráfrase da *Eneida*, de Virgílio, que traduziu do francês e publicou em 1490. Ele se esforçava por usar uma linguagem que fosse compreensível pelo maior número possível de leitores: "Reduzi e traduzi este livro para a nossa língua com palavras que não fossem rudes ou estranhas, mas com termos que pudessem ser entendidos" (citado por Baugh, 1957, p. 235-7).

Ao mesmo tempo, a abordagem particular de Caxton ao trabalho de tradução, determinada pela origem dos textos usados como fonte, bem como pelo gosto dos leitores, levou-o a reter um sabor "francês" na sua linguagem: nas traduções ele, com frequência, guardava a ordem das palavras no original e utilizava termos franceses. Um exemplo marcante é sua adaptação de *Morte d'Arthur*, do escritor inglês Sir Thomas Malory (c. 1408-71). Ao publicar os oito romances de Malory sobre o rei Artur e a lenda arturiana, em 1485, ele se voltou para as fontes francesas e modificou o estilo para torná-lo aceitável pelo seu público habitual. "Um filho da sua época", Caxton "deliberadamente modificou o estilo peculiar de Malory para aproximá-lo o mais possível do típico romance de origem francesa" (Blake, 1973, p. ix).

Caxton e os outros impressores que o sucederam reconheciam o “esforço de traduzir” como uma parte normal do seu trabalho; e estimulavam o hábito da composição no vernáculo de modo a ampliar “as perspectivas literárias da linguagem nacional” (Lee, 1968, p. 94). De modo mais geral, a imprensa facilitava a difusão do aprendizado e do conhecimento. Antes de 1500, o número total de livros impressos na Europa foi cerca de 35 000, quase todos em latim. Só na Inglaterra, uns 20 000 títulos foram impressos em inglês nos 150 anos que se seguiram. Por volta de 1600, quase metade da população tinha adquirido um certo grau de alfabetização. Assim, o vernáculo não era apenas um meio de expressão cada vez mais usado pelos escritores; era lido por um número expressivo de pessoas (McCrum, 1986, p. 93).

Enquanto os eruditos debatiam os méritos do latim e do inglês, “a disputa estava sendo decidida pelos tradutores” (Baugh, 1957, p. 247). O Renascimento provocou uma retomada do aprendizado, a renovação do interesse pelos modelos clássicos e novas descobertas. A sabedoria da Antiguidade e de outras terras deixara de ser propriedade de uns poucos estudiosos. As traduções proliferavam para atender à demanda de diplomatas, cortesãos e comerciantes. Thomas North traduziu Plutarco; Thomas Elyot traduziu Platão, Cícero, Sêneca e outros autores clássicos; Erasmo, Calvino e Lutero eram transpostos para o inglês. O impacto desse movimento sobre a língua inglesa teve como resultado a introdução de milhares de palavras e frases: um acréscimo de aproximadamente 10 000 novos vocábulos (McCrum, 1986, p. 95). Ao longo do século XVI desenvolveu-se uma verdadeira batalha entre a linguagem pedante e acadêmica e, de outro lado, a “linguagem comum”.

Na Inglaterra, bem como em outros países europeus, os tradutores da Bíblia tiveram um papel no desenvolvimento do vernáculo. John Wycliffe, ou Wyclif (c. 1320-84), e seus discípulos, os *lollards*, produziram a primeira versão completa da Bíblia inglesa, baseada na *Vulgata* latina. A Wycliffe e seus seguidores se atribui a introdução de mais de mil palavras de origem latina, muitas delas com significado técnico, terminadas em *-able*, *-ible*, *-ent*, *-al* e *-ive*, que são agora elementos comuns em inglês, em vocábulos derivados (Baugh, 1957, p. 222-3). A tradução dos *lollards* criou os fundamentos da tradução bíblica, deixando sua marca no idioma inglês, de modo geral. Mas a influência decisiva foi a de Tyndale, cuja Bíblia deriva do original grego e hebraico.

William Tyndale (c. 1494-1536) nasceu em Gloucestershire, estudou no Magdalen College de Oxford e foi ordenado em 1519. Cedo foi acusado de heresia; absolvido, recebeu uma censura por haver assumido atitudes dema-

gógicas. Não tendo conseguido o apoio do bispo de Londres ao projeto de traduzir a Bíblia para o inglês, mudou-se para o continente europeu, onde passou a viver como fugitivo. Na Alemanha conheceu Lutero, traduziu e publicou o Novo Testamento. Na Antuérpia publicou seu *Pentateuco* — os cinco primeiros livros do Antigo Testamento. Traído por um compatriota, que o denunciou a agentes de Carlos V, foi estrangulado e queimado na fogueira em 6 de outubro de 1536, em Vilvorde, perto de Bruxelas.

Só recentemente Tyndale foi recuperado do injusto esquecimento e saudado como o patriarca da língua e da literatura inglesas. David Daniell, professor emérito da Universidade de Londres, especialista em Shakespeare, com um interesse antigo pela teologia, liderou esse esforço de reabilitação. Primeiramente, restaurou as traduções de Tyndale, atualizando sua ortografia (1989, 1992); em seguida, publicou a primeira biografia completa de Tyndale em quase sessenta anos (1994). Em um competente e apaixonado estudo sobre os recursos retóricos de Tyndale como tradutor, Daniell mostrou que ele fez pela língua inglesa o que Newton fez pela física.

Indubitavelmente, Tyndale conhecia os livros impressos em inglês por Caxton e outros editores londrinos, mas na sua época o latim ainda era a língua usada para qualquer coisa mais séria, ou oficial. Ainda em 1600, a biblioteca da Universidade de Oxford só contava com trinta volumes em inglês, de um total de 6 mil. O impulso que levou Tyndale a escrever em vernáculo tinha sua origem, naturalmente, no movimento *lollard* e no exemplo de Lutero, mas também em um certo “nacionalismo retórico” que começava a surgir em Oxford naquela época (Daniell, 1994, p. 46). Tyndale acreditava que tanto o grego como o hebraico podiam ser traduzidos para o inglês mais facilmente do que para o latim, e que o inglês refletia a ampla variedade de estilos do Antigo Testamento “mil vezes” mais efetivamente do que o latim (Daniell, 1994, p. 290).

A linguagem de Tyndale era influenciada pelos sons, a sintaxe e o vocabulário de Gloucestershire, sua terra natal, mas ele conseguia escrever com um estilo que tinha apelo muito mais amplo. Uma outra influência local era a da indústria de roupa do seu distrito. A sabedoria popular era transmitida por meio de expressões ritmadas e quase rimadas. Esses ditos populares, usados pelos pregadores, e a arte da retórica que tinha sido restabelecida havia pouco nas escolas, sob a influência de Erasmo, aparecem como ecos nas criações quase proverbiais de Tyndale, tais como *seek and ye shall find* (procura e encontrarás) (Daniell, 1994, p. 16-8).

Tyndale foi um lingüista e pesquisador notável, cujo atributo mais importante era a clareza, derivada do treinamento em lógica e retórica que tinha

recebido em Oxford. Conhecía oito línguas, inclusive grego e hebraico (o que era excepcional na sua época), tinha experiência como pregador e sensibilidade para a tradição da escrita em inglês. Traduzia para a linguagem que o povo falava, não para a língua escrita dos eruditos. Segundo Daniell, no momento em que o inglês lutava para encontrar uma forma própria, diferente da latina e da francesa, Tyndale deu à nação uma linguagem bíblica que era inglesa na escolha dos vocábulos, na ordem e cadência das palavras — assim como Lutero o fizera na Alemanha (1994, p. 3).

Usava um vocabulário simples, de palavras monossilábicas, e criava novos termos, que se incorporaram ao idioma: *Passover* (Páscoa), *scapegoat* (bode-expiatório) e até o nome *Jehovah* (Jeová). De maior importância, talvez, foi a criação de frases que penetraram profundamente na consciência dos povos de língua inglesa, algumas das quais nos parecem tão familiares que soam como provérbios ou clichês: *eat, drink and be merry* (comam, bebam e se alegrem); *the powers that be* (os poderes que existem); *the salt of the earth* (o sal da terra); *the spirit is willing...* (o espírito tem o desejo...). Mas Tyndale foi além das palavras e expressões, influenciando as estruturas, o ritmo e a cadência da língua. Empregando a sintaxe inglesa simples e direta, forjou passagens memoráveis como esta, da parábola do filho pródigo: *this thy brother was dead, and is alive again; and was lost, and is found* (teu irmão estava morto e está vivo outra vez; estava perdido e foi encontrado).

Em contraste com as bíblias corpulentas produzidas no continente, as bíblias de Tyndale eram pequenas. O único exemplar completo do seu Novo Testamento de 1526, adquirido recentemente por 1 milhão de libras esterlinas, foi exibido na British Library em 1994, por ocasião do quinto centenário do nascimento de Tyndale: é um livro pequeno, como aquele editado em 1534, “um livrinho grosso, com 400 páginas, que se pode segurar comodamente na mão” (Daniell, 1989, p. xiv). O que tinha implicações importantes: a Bíblia podia ser contrabandeada sem dificuldade (na Inglaterra, a Igreja ainda se opunha à leitura da Bíblia no vernáculo), transportada facilmente e folheada pelos leitores comuns.

Como disse Tyndale certa vez a um erudito, seu opositor nas controvérsias religiosas da época: “Se Deus preservar minha vida, em pouco tempo farei com que um rapaz que trabalhe no campo saiba mais sobre a Escritura do que tu” (Daniell, 1989, p. viii). E isso ele conseguiu, como fica claro nas seguintes observações de um colunista de jornal de Londres:

Todos os escritores sobem nos ombros dos seus predecessores, usando e desenvolvendo sua linguagem da forma como a receberam. William Tyndale é o fantasma que se encontra na base da pirâmide da língua e da literatura inglesas. Ele introduziu a

idéia revolucionária de que o inglês comum, falado pelo homem da rua, tem tanto valor quanto o latim, o francês ou qualquer outra língua “cultura” para expressar o pensamento profundo ou a poesia [...] Tyndale foi um veemente erudito inglês que manteve seu contato com o povo, e morreu na fogueira. Este ano devemos celebrar apropriadamente seu quinto centenário; entretanto, não encontraremos o verdadeiro monumento a esse homem invisível na British Library ou nas comemorações previstas, mas na nossa própria língua, em toda a sua glória (Howard, 1994, p. 16).

A influência de Tyndale sobre a língua inglesa, diferentemente da do rei Alfredo, de Chaucer ou Caxton, está ligada não à sua presença pessoal, pois ele se encontrava afastado do poder, mas sim na relevância do texto-fonte, a Bíblia, e sua grande importância para as batalhas teológicas, ideológicas e políticas travadas durante a Reforma e mais tarde.

A EMANCIPAÇÃO DA LÍNGUA FRANCESA

As línguas faladas originalmente na Gália (ibérico, lígure, gaulês) deixaram poucas marcas na linguagem que se transformaria no francês. Os invasores francos e visigodos dos séculos III, IV e V se romanizaram rapidamente. No que diz respeito aos vínculos entre linguagem e tradução, a influência determinante, neste caso, foi a conquista romana, entre 58 e 51 a.C. Através das traduções, Roma herdara a riqueza cultural da Grécia. O latim escrito se tornou a língua franca¹ da Europa medieval, a língua da Igreja, da lei e do estudo. Por outro lado, foi a língua romana rústica (o latim falado pelos comerciantes, os soldados e administradores romanos) que deu origem às várias línguas românicas, inclusive o francês. Já no século IX, era tão grande o hiato entre o latim clássico e o vulgar, falado pelo povo, que a Igreja e a realeza tiveram de reconhecê-lo; foi nesse momento que surgiu a tradução. O Concílio de Tours, de 813, autorizou o clero a traduzir (*transferre*) as homilias em vernáculo. Os juramentos de Estrasburgo, de 842, embora não tenham sido propriamente traduzidos, foram transcritos sob a forma de um texto bilíngüe, em romance e teutônico⁶. Trata-se do primeiro documento conhecido em *langue d'oïl*: esta, o dialeto falado ao norte do rio Loire, em contraste com a *langue d'oc*, falada no sul, se desdobrou em uma variedade de dialetos locais, dos quais os dois mais conhecidos foram o normando (destinado a um futuro brilhante mas breve, graças a Guilherme, o Conquistador) e o franciano⁷, dialeto central que se transformaria no francês do século XIV. Mais tarde, o Renascimento teve também o seu papel no desenvolvimento da língua francesa, que no século XVII foi codificada e padronizada. Ora, como veremos adiante, os tradutores tiveram um papel nesse longo processo de maturação.

Os tradutores medievais se encontravam na mesma situação dos seus predecessores romanos: traduziam de uma cultura rica, e uma língua avançada, para um idioma nascente, dirigindo-se a um público que descobria a Antiguidade através das suas versões. Por isso, tinham os romanos como modelo, buscando neles os métodos de tradução e também os meios para superar as deficiências da língua-meta. Esses pioneiros deveriam em breve enfrentar problemas culturais e lingüísticos inerentes à arte da tradução particularmente difíceis, porque eram os primeiros a encontrá-los (Chavy, 1974, p. 565).

Preparadas originalmente nos mosteiros e orientadas para fins religiosos, já no século X as traduções se difundiram por outros campos. Obras seculares logo apareceram em línguas neolatínas, como os *fabliaux* (um gênero especificamente medieval de poema narrativo de extensão limitada), comédias ou romances baseados em modelos antigos. Os primeiros grandes poetas, como Chrétien de Troyes, Marie de France, Rutebeuf e Jean de Meung, eram essencialmente tradutores, escrevendo em uma época em que a tradução estava associada indissolavelmente à imitação e à criação. Só no século XIV, com o estabelecimento das primeiras universidades, as traduções deixaram os mosteiros para florescer brevemente sob a proteção da Coroa. O rei João II, conhecido como João, o Bondoso, incumbiu seu secretário, um beneditino chamado Pierre Bersuire (c. 1290-1362), de traduzir *Ab urbe condita*, a história de Roma escrita por Lívio (em 1355-56). Bersuire observou que o latim clássico era compreendido por poucas pessoas e decidia, assim, prefaciar sua tradução com um vocabulário de aproximadamente setenta novos vocábulos que precisou criar: *augure, auspices, cirque, expier, sénat, triomphe*, etc. Por volta da mesma época, o prefácio ao saltério de Metz, uma coleção de salmos traduzidos do latim para um dialeto da Lorena, encontrou duas formas de compensar a falta de terminologia francesa: tomando emprestadas algumas palavras (*iniquitas* se torna *iniquiteit* e *redemptio, redemption*, por exemplo) e parafraseando, o que era necessário devido ao fato de que só por meio de "circunlóquio e explicação" se podiam encontrar equivalentes de certas palavras latinas (Horguelin, 1981, p. 162). É interessante notar que Cícero já tinha usado e recomendado essas duas técnicas.

Carlos V, ou Carlos, o Sábio, sucedeu seu pai, João, o Bondoso, em 1364, e firmou a tradução como base de uma "política cultural do reino" (Lusignan, 1986, p. 162). Construiu uma biblioteca no Louvre e encheu-a com cerca de mil manuscritos; em seguida, contratou uma dezena de tradutores, que eram generosamente recompensados pelo seu trabalho. O mais ilustre deles, Nicolas Oresme (c. 1320-82), tinha sido o tutor particular do soberano e mais tarde seu conselheiro. Homem de ampla cultura, Oresme traduziu obras de

Aristóteles e Ptolomeu, e escreveu vários tratados em latim e francês, especialmente sobre numismática e astronomia. Mostrou o papel exercido pelos tradutores romanos na transmissão do conhecimento grego, acentuando os benefícios implicados na difusão desse conhecimento em vernáculo. Mas para isso o francês precisaria transformar-se em linguagem científica, com termos técnicos a serem usados nas traduções, ainda que com isso a maioria das pessoas tivesse dificuldade em compreendê-las (Horguelin, 1981, p. 34). Muitas vezes, o próprio Oresme criava esses termos técnicos: atribui-se a ele aproximadamente 450 neologismos ainda correntes no francês moderno: *aristocratie, démagogue, législation, politique, sédition* e mesmo *langue maternelle* (Taylor, 1965).

Os neologismos criados pelos tradutores eram acompanhados por glosas ou explicações. Para transmitir o sentido integral de certos termos latinos ou gregos eram usadas combinações de palavras. Por exemplo: *le pris et la somme de rachat* (o preço e o custo da aquisição); *selon la manière et coutume du pays* (de acordo com os hábitos e costumes do país). Essa técnica foi utilizada amplamente pelos tradutores, e mesmo pelos escritores, até o fim do século XVI, tendo deixado alguns traços no francês contemporâneo, em expressões tais como *sain et sauf* (são e salvo). Os tradutores não se limitavam a inventar palavras: ajudavam também a popularizar o conhecimento, tornando-o acessível aos leitores franceses.

Mas uma língua não se limita ao léxico. No esforço de dar aos grandes escritores latinos e gregos uma expressão francesa, os tradutores medievais foram pioneiros da lingüística comparativa. Ao comparar os recursos estilísticos das duas línguas com que estavam trabalhando, descobriam deficiências no vernáculo, que procuravam remediar, registrando a dificuldade dessa rarefa nos prefácios das suas traduções. O principal obstáculo à preparação de uma versão clara e compreensível de um texto original latino era de natureza léxica e retórica, e não sintática. Como nota Serge Lusignan em seu instrutivo estudo sobre os tradutores do século XIV, quem traduzia seguindo modelos latinos fazia mais do que traduzir: criava um padrão para a escrita erudita em francês; ajudava a forjar novas estruturas, operando não só no nível do texto mas no da própria língua-meta. E assim o vernáculo se tornou, gradualmente, um meio adequado em campos previamente reservados para o latim.

Durante o século XV, a tradução voltou a declinar. Os poucos livros traduzidos eram versões do latim clássico ou medieval. O fim da Idade Média foi marcado pela invenção da imprensa, que beneficiaria as traduções no sécu-

lo seguinte. Enquanto os tradutores medievais trabalhavam “para a glória de Deus” e “o bem comum”, a missão dos seus sucessores, na Renascença, era elevar o francês ao nível das outras línguas importantes, como proclamava Du Bellay.

O século XVI foi um período de efervescência, caracterizado por dois grandes movimentos: o humanismo, cuja reação contra a tradição escolástica levou a renovado interesse pelas línguas e literaturas antigas, e a Reforma, que também advogava um retorno às fontes — neste caso, ao texto original da Bíblia, em grego e hebraico. Durante esse período de idéias emergentes e conflitos religiosos, de descobertas e invenções, a tradução iniciaria uma nova idade de ouro. Mas a sua importância provinha fundamentalmente do surgimento de uma língua e literatura nacionais. O trabalho dos tradutores voltou a ser apoiado pela realeza. Em 1530, Francisco I criou o Collège Royal, também conhecido como Collège des Trois Langues (latim, grego e hebraico). Em 1539, proclamou o famoso Edito de Villers-Cotterêts, que tornava compulsória a substituição do latim pelo francês (*le langage maternel françois*) nos documentos oficiais.

Já em 1509 um tradutor chamado Claude de Seyssel tinha apelado ao rei Luís XII para que criasse um pecúlio de literatura francesa, defendendo a tradução como um meio de enriquecer e estender a língua francesa. Durante todo o século, no entanto, houve duas doutrinas conflitantes sobre o modo como isso se poderia fazer. Seguindo Clément Marot, um grupo de poetas cortesãos e tradutores consideravam a tradução um bom exercício estilístico que contribuiria para enriquecer a língua. O helenista Thomas Sebillet adotou essa posição no seu livro *L'art poétique*, de 1548. Da mesma forma que Horácio, em *Ars poetica*, considerava a tradução (*version*) um gênero literário e um ramo da retórica. Essa opinião não era compartilhada pela *Pléiade*, um grupo de poetas humanistas liderado por Ronsard, segundo o qual a tradução era perigosa tanto para a literatura como para a língua. Esse grupo pediu a Joachim du Bellay (1522-60) que respondesse a Sebillet; o resultado foi a *Deffence et illustration de la langue françoise*, de 1549, uma “antologia de todos os argumentos contrários à tradução” (Mounin, 1994, p. 13). Du Bellay recomendava que a língua fosse enriquecida com a “imitação” dos melhores gregos e latinos, não com a tradução. Sugeriu a criação de neologismos de origem greco-latina; e que se utilizassem termos dos dialetos regionais e do vocabulário das várias profissões. Não acreditava que estilo e eloquência pudessem ser aprendidos de tradutores. O empréstimo de um número excessivo de vocábulos de línguas estrangeiras, justificado pelos eruditos, já vinha sendo desacreditado. Rabelais, por exemplo, tinha ironizado os “mascates de

palavras latinas usadas e bolorentas”. Na quarta regra proposta no seu tratado sobre a tradução, Étienne Dolet (1508-46) previne os tradutores contra o emprego de palavras muito semelhantes aos termos latinos, ou que raramente tivessem sido usadas no passado. Já no fim do século XVI, Henri Estienne (1531-98) publicou uma crítica à “nova e italianizada língua francesa”.

Jacques Amyot (1523-93), conhecido como o “príncipe dos tradutores”, também procurou enriquecer a língua francesa (fig. 6). Suas traduções, assim como seu *Projet d'éloquence royale*, de 1574, refletem uma grande preocupação com a clareza absoluta: *être le plus clair possible* (ser o mais claro possível). Para isso, propunha que fossem evitados os neologismos canhestros; que a conexão lógica entre frases e parágrafos fosse indicada usando um estilo simples e natural e confiando no ouvido para garantir um fraseado harmonioso. Amyot tem sido aclamado pela sua contribuição à língua francesa: Montaigne o considerava o melhor escritor francês; o crítico literário Gustave Lanson escreveu que a tradução de Plutarco por Amyot representou o esforço supremo da língua francesa para se igualar às línguas antigas. O dicionário Larousse o qualifica como “um dos criadores da prosa clássica”.

Os tradutores renascentistas eram extremamente versáteis. Escritores, além de tradutores, muitos eram também lexicógrafos, revisores, gravadores e livreiros, contribuindo assim para a proliferação do trabalho em todos os aspectos da linguagem: a poesia, a retórica, a gramática, a ortografia, a pronúncia, etc. Foram também responsáveis pelos primeiros dicionários, como veremos no capítulo 8.

Um levantamento da tradução no século XVI estaria incompleto sem a menção da Reforma, que levou ao aumento da atividade de tradução, com óbvias implicações lingüísticas. A Igreja Católica sempre se opusera à tradução dos textos sagrados, temendo a heresia e sustentando que o latim era a língua da fé cristã. As primeiras bíblias em vernáculo, na Idade Média, eram reservadas ao uso do clero, e, até o fim do século XVII, a maioria dos tradutores bíblicos foram obrigados a exilar-se, como aconteceu com Marot depois de publicar os Salmos. Para a Reforma, no entanto, era essencial que a Bíblia se tornasse disponível na “língua do país” (Lefèvre d'Étaples), opinião compartilhada por Erasmo, que acreditava que traduzir as Escrituras era uma tarefa para os tradutores, não para os teólogos. Calvino (1509-64) pensava da mesma maneira. Depois de estudar grego, hebraico e teologia no Collège Royal, Calvino se refugiou na Suíça, onde publicou — primeiro em latim, depois em francês — sua obra principal, *L'institution de la religion chrestienne* (1541). Calvino traduziu sua própria obra para o francês como um serviço prestado à sua pátria: *à notre nation françoise*. Primeiro tratado de teologia

publicado em francês, abria a possibilidade de escrever em vernáculo a respeito de um assunto que até então só tinha sido tratado em latim.

Muitos historiadores da língua francesa reconhecem o papel exercido pelos escritores e tradutores da Reforma na emancipação dessa língua. Comparada com as bíblias de Olivétan e Robert Estienne, as traduções dos Salmos por Marot e Théodore de Bèze e os numerosos panfletos editados em Genebra e distribuídos pelo interior da França, a obra de Calvino ocupa um lugar preeminente. Ele é considerado um dos criadores da eloquência francesa, e sua *Institution* é um dos textos formadores do francês moderno, juntamente com o *Pantagruel*, de Rabelais, e *Plutarco*, de Amyot (outra tradução), considerada "a primeira obra-prima de pura filosofia moral e religiosa formulada adequadamente em francês vernacular" (Lanson, 1964, p. 266-74).

Fica evidente nos prefácios escritos pelos tradutores do século XVII a mudança marcante havida na atitude com relação ao papel das traduções na evolução da língua. O objetivo era o mesmo: imitar os autores antigos para tornar o francês uma língua literária. Contudo, o processo de imitação se tornara seletivo. O objetivo agora era dotar a língua dos elementos mais agradáveis da Antiguidade. Podia tornar-se, mesmo abertamente, crítico: um tradutor corrigia aspectos obscuros em Lívio; outro condenava Tácito pela sua falta de lógica; outro ainda admitia estar perturbado com as transições defeituosas e as repetições de Cícero. Pensava-se que essas correções se justificavam com o argumento de que as nações tinham gosto diferente em questões de estilo, e o francês era "muito mais estrito e escrupuloso" do que o latim. Uma grande diferença em relação às queixas humildes dos tradutores da Idade Média e do Renascimento.

O século de Luís XIV tinha começado com um vasto empreendimento no sentido de purificar e codificar a língua. Escritores e gramáticos-tradutores como Malherbe, Vaugelas e Chapelain desempenhavam um papel significativo, juntamente com os salões literários e a recém-fundada Académie Française⁸. Como nos séculos precedentes, os tradutores também participavam desse processo: eram membros preeminentes da Académie, cujo primeiro secretário, Conrart, considerava a tradução um excelente meio de fornecer modelos de boa prosa aos escritores franceses. Suas traduções se tornaram parte dos *corpora* usados para compilar os primeiros dicionários (Richelet, *Dictionnaire français*, 1680; *Dictionnaire de l'Académie*, 1694). Eles participavam de todos os debates relativos à língua. Em seus prefácios, discutiam problemas léxicos, de ortografia e pontuação. Mais importante ainda, publicaram numerosas traduções, em certos casos cinquenta ou sessenta títulos, a maioria dos quais refletia sua preocupação estilística.

Nicolas Perrot d'Ablancourt (1606-64) advogava três qualidades básicas: clareza, concisão e elegância. E acrescentava explicações para esclarecer certos pontos, como afirma repetidamente nas várias observações que acompanham suas traduções: *pour l'éclaircissement*, *pour éviter l'obscurité*, *pour la clarté du raisonnement*: "para esclarecimento", "para evitar a obscuridade", "para a clareza do raciocínio". Por outro lado, com o propósito de dar força ao seu estilo, procurava escrever concisamente, usando termos expressivos, ordenando palavras e frases com cuidado e cortando tudo que fosse incômodo ou desnecessário. Redigia suas frases cuidando da sua elegância (*embellissement*, como se dizia na época), criava frases proverbiais mediante o uso da simetria e da oposição e atentava para o ritmo e a harmonia. Admitia acrescentar palavras com propósito ornamental: *pour mieux lier le discours*, *pour la commodité de l'expression*: "para melhor articular o discurso", "pela comodidade da expressão". Perrot d'Ablancourt é considerado assim o pai das *belles infidèles*⁹ e a forma como praticou a arte da tradução foi criticada durante séculos, mas de Boileau a Valéry Larbaud foi também elogiado por muitos escritores famosos pelo seu "magnífico francês" (Paul Claudel, citado por Zuber, 1968, p. 283).

Embora a primeira parte do século XVII tenha sido dominada pelos tradutores da Académie, por volta de 1660, os tradutores de Port-Royal assumiram discretamente essa preeminência. Provavelmente mais conhecidos pela sua *Grammaire générale* e a *Logique*, os *Messieurs de Port-Royal* foram também responsáveis por obras e traduções destinadas a fins doutrinários e pedagógicos (quando jovem, Racine cursou suas *Petites Écoles*, cujo currículo incluía a tradução). A Bíblia de Port-Royal, traduzida principalmente por Le Maître de Sacy e publicada por Elsevier em 1667, teve um êxito duradouro e foi reeditada até 1990! Esse trabalho de tradução provocou um grande debate sobre problemas relacionados com a linguagem. Em consequência, foi possível determinar o sentido exato e o uso de muitas palavras e expressões, o que beneficiou grandemente a língua francesa (Brunot, 1966, p. 31). Por volta de 1650, Antoine Le Maistre formulou dez "Regras para a Tradução Francesa", quatro das quais relativas à tradução propriamente, e as outras seis com a rima, a simetria, a repetição, a harmonia, o ritmo e a extensão das frases.

Para esses tradutores e seus contemporâneos, traduzir e escrever estavam interligados. Sua influência sobre a língua francesa é inegável, embora essa influência tenha sido de modo geral subestimada, ou mesmo desprezada. No livro *Les "Belles infidèles" et la formation du goût classique*, Roger Zuber argumenta que os tradutores do século XVII eram também críticos literários que aplicavam os princípios da redação criativa aprendidos com Guez de Balzac

e Boileau. Agora que sua contribuição foi reconhecida, podem assumir o lugar que lhes corresponde ao lado de Balzac e Descartes, Chapelain e Vaugelas (que também foram tradutores) — escritores considerados tradicionalmente os “construtores da literatura clássica” (Zuber, 1968, p. 10-2).

No amanhecer do Iluminismo, os tradutores franceses podiam dizer, legitimamente, que tinham cumprido uma das suas missões, contribuindo para o desenvolvimento da língua ao dotá-la de todos os registros expressivos conhecidos, e permitindo que abrangesse todos os campos do conhecimento humano.

O DESENVOLVIMENTO DA LÍNGUA SUECA

Os países nórdicos ocupam a esquina norte-ocidental da Europa. Nessa região, muitas vezes chamada erradamente de Escandinávia¹⁰, são faladas hoje seis “línguas nacionais”, em cinco Estados: sueco na Suécia; dinamarquês e faroês na Dinamarca; norueguês na Noruega; islandês na Islândia; finlandês (ao lado do sueco) na Finlândia. Em conjunto, essas línguas são faladas por cerca de 22 milhões de pessoas. Nesta seção, vamos dar uma informação básica sobre todo esse grupo lingüístico, para nos restringirmos depois à Escandinávia propriamente dita e, de modo mais específico, à Suécia.

Conceitos tradicionais como “nórdico” e “escandinavo” são entidades geográficas, históricas e culturais, que se referem ao fato de que, embora separados politicamente durante a maior parte da sua história, esses cinco países compartilham uma herança cultural que é especificamente nórdica.

Embora não seja o único, o aspecto mais importante da unidade nórdica-escandinava é a linguagem. No entanto, trata-se de uma unidade limitada e complexa. Historicamente, as três línguas escandinavas, juntamente com o islandês e o faroês, derivam do ramo setentrional ou nórdico das línguas germânicas; seus parentes vivos mais próximos são as línguas do ramo germânico ocidental — o alemão, o holandês e o inglês. Quanto ao finlandês, tem origem completamente distinta; da mesma forma que o lapão e o estoniano, falados na região ou em áreas adjacentes, o finlandês é uma língua fino-ugriana, e portanto não pertence sequer ao grupo indo-europeu. As três línguas escandinavas são em princípio mutuamente inteligíveis, como o islandês e o faroês.

Os cinco idiomas nórdicos (todos aqueles mencionados anteriormente, exceto o finlandês) têm uma origem comum na fase de desenvolvimento chamada “proto-nórdica”; durante os primeiros oito séculos da Era Cristã, essa foi a língua da Escandinávia meridional e central (a região setentrional e

as ilhas do Atlântico Norte ainda não tinham sido colonizadas), conforme testemunham inscrições rúnicas¹¹ primitivas, algumas dezenas das quais sobreviveram até nossos dias. Desses resíduos parece claro que o proto-nórdico era notavelmente estável e geograficamente uniforme.

A interferência de línguas estrangeiras, na era das grandes migrações e na Era Viking (de modo geral, a segunda parte do primeiro milênio), deixou sua marca no vocabulário escandinavo. O nível pré-literário das palavras tomadas como empréstimo denota os primeiros contatos com os povos culturalmente mais avançados do sul e do oeste da Europa. Milhares de inscrições rúnicas da Era Viking, preservadas em monumentos de pedra da região central da Suécia e da Dinamarca, não refletem esse quadro: sua forma é totalmente local. Só depois da integração definitiva da Escandinávia à civilização da Europa medieval, a influência estrangeira passou a ter um efeito perceptível na língua vernácula. O passo decisivo do processo de integração foi o surgimento de vernáculos escritos, usando um alfabeto baseado no latino e utilizado na produção de um grande número de textos.

Essa mudança no estado da cultura lingüística escandinava resultou da evangelização e subsequente introdução de textos latinos, o que ocorreu principalmente nos séculos X e XI. Nos séculos XII e XIII, surgiu na Noruega e na Islândia uma rica literatura na língua nórdica ocidental, cujas obras mais conhecidas são as sagas clássicas e a poesia dos Edda. Na Suécia, os primeiros “livros” em nórdico oriental (mas em escrita latina) só foram produzidos no princípio do século XIII. Os exemplares mais antigos existentes hoje datam do fim daquele século.

Essa época pioneira da literatura sueca está documentada nos registros escritos da lei provincial (Andersson, 1987), que marcam a gênese do sueco escrito civilizado — o que implica uma língua escrita com letras latinas, ao contrário do sueco primitivo, escrito (quando o era) em runas, mas também uma língua que contém as noções fundamentais da cultura cristã e da civilização ocidental. Em uma palavra, um sueco integrado fundamentalmente à comunidade da Europa Ocidental, na fase medieval do seu desenvolvimento histórico. Paradoxalmente, a criação de uma “língua nacional” exigia a integração em uma comunidade lingüística internacional, que se fazia principalmente mediante uma série de modalidades de transferência lingüística — e a tradução é um exemplo importante disso.

O Mosteiro de Vadstena, berço da tradução sueca, foi estabelecido depois da morte de Santa Brigitte (1303-73), mas seguindo exatamente suas instruções¹². Convento agostiniano aberto a homens e mulheres, foi a instituição que mais efetivamente promoveu a língua sueca, por meio de traduções. Como

a tradução dos textos religiosos era um trabalho anônimo, normalmente nenhuma pessoa em particular recebia crédito pelas obras publicadas. Em consequência, hoje seus nomes não são conhecidos, como em outros países, embora tenham contribuído enormemente para o desenvolvimento da língua sueca.

Um dos grandes desafios iniciais da nova instituição foi traduzir a coleção completa das *Revelações* da sua fundadora, do latim em que haviam sido registradas pelos seus confessores para o sueco, a língua natal da santa. Uma tarefa hercúlea, que parece ter sido realizada para marcar a inauguração do mosteiro, em 1384. O resultado preenche mais de 1 200 páginas nas edições modernas, em sueco antigo de boa qualidade, estilisticamente adequado — um trabalho que teve a maior importância para o desenvolvimento posterior do sueco escrito (Wollin, 1991a, 1991b).

Em uma fase posterior do seu desenvolvimento, a língua sueca foi beneficiada pelos esforços de tradução dos líderes da Reforma no país, cuja primeira realização foi verter o Novo Testamento (1526). O texto-fonte foi provavelmente a versão latina da edição renascentista de Erasmo. O rei Gustavo I (c. 1495-1560), da dinastia Vasa, que instituiu a Igreja oficial luterana no seu país, foi responsável pela mais antiga Bíblia sueca completa, a chamada Bíblia de Vasa. Traduzida por Olav e Laurent Petri, essa Bíblia foi impressa em Uppsala em 1541; considera-se que se tenha baseado principalmente na tradução de Lutero para o alto alemão, da mesma época. Essa versão do século XVI deveria tornar-se a Bíblia oficial da igreja sueca e continuou a ser usada até 1917, quando foi substituída por uma nova tradução oficial (que agora está sendo novamente substituída).

A Bíblia de Vasa ocupa uma posição única na cultura lingüística e literária da Suécia. Durante quase quatro séculos, esse documento confessional básico da Igreja estabelecida foi lido do púlpito, lido pela população alfabetizada, citado e mencionado na literatura e na vida diária. Além disso, funcionou naturalmente como exemplo importante de padronização da língua escrita. Do ponto de vista da história da língua, essa tradução é, sem dúvida, o texto mais importante já escrito em sueco.

Nessa tradução, os líderes da Reforma na Suécia guardaram um equilíbrio habilidoso entre diferentes modelos de inspiração estilística. A tradição de Vadstena do sueco antigo transparece, obviamente, em diferentes níveis da linguagem empregada, em especial na ortografia e morfologia. Na sintaxe, e em parte também no léxico, certas construções podem ser reconhecidas como ecos do original alemão. No que respeita à relação com o uso contemporâ-

neo, os tradutores da Bíblia reduziram significativamente a variedade de expressão. Anteciparam assim, mais claramente do que seus predecessores monásticos medievais, o esforço de padronização dos séculos posteriores. Em particular, a relativa uniformidade da ortografia bíblica foi uma realização pioneira, que erigiu a base histórica da moderna ortografia sueca. De modo geral, a Bíblia sueca da Reforma é um exemplo tangível de trabalho, no campo da tradução, que influenciou de forma direta e decisiva o desenvolvimento da língua.

Mas a tradução não é um empreendimento singular e excepcional; é parte integrante do processo normal de produção literária. Naturalmente, e com frequência, os textos escritos são produzidos a partir de traduções. Em um idioma como o sueco, com um número relativamente reduzido de falantes, utilizado em um país que sempre esteve situado à margem da civilização européia, o impacto da tradução é, provavelmente, ainda mais importante do que em outras circunstâncias; e o papel que ela teve na história da língua sueca foi fundamental. Na verdade, até o século XVIII as traduções dominavam a produção de textos na Suécia. Na Idade Média, e no princípio da Idade Moderna, a maior parte dos que escreviam em sueco eram tradutores, não “autores”. E na produção de textos literários em sueco, durante os últimos dois séculos, os escritores originais não formam, necessariamente, uma maioria indiscutível (Hansson, 1982; Torgerson, 1982).

MARTINHO LUTERO: O ARTESÃO DA LÍNGUA ALEMÃ

A tradução é um elemento fundamental na história da língua alemã. A tradição de traduzir textos bíblicos e literários de outras línguas data do século VIII, quando os primeiros glossários bíblicos foram compilados; continuou com versões interlineares e traduções de natureza mais livre e poética. Os pontos altos da história da tradução para o alemão incluem a versão do Novo Testamento, a partir do texto latino de Ticiano, do século II, executada no Mosteiro de Fulda, por volta de 820; o Livro dos Evangelhos, de Otfrid von Weissenburg, completado em alto alemão antigo por volta de 870; e a tradução dos Salmos por Notker, o Alemão (c. 950-1022), feita por volta do ano 1000¹⁴. O êxito especial da tradução de Notker consiste na sua precisão, na erudição estilística e na inclinação pela língua falada. O ponto de partida do seu trabalho como tradutor foi a exegese, a compreensão do texto original por meio de explicações e comentários (Sonderregger, 1984, p. 144; Copeland, 1991).

As traduções medievais da Bíblia não se baseavam nos originais grego e hebraico, mas na *Vulgata* latina de São Jerônimo, do século IV. O antigo alto-alemão surgiu e se desenvolveu como língua escrita a partir da tradução da Bíblia para o vernáculo (Sonderegger, 1984, p. 136). Sob a influência do latim, o alemão amadureceu como língua literária, passando logo a ser usado não só para traduções bíblicas mas em outros gêneros. No fim da Idade Média, o idioma alemão já era capaz de exprimir idéias teológicas e filosóficas sofisticadas, predominando assim sobre o latim, que depois substituiu como língua da literatura e da ciência. Ainda assim, continuava a ser uma língua regional, com grande variedade de dialetos, e com valor essencialmente funcional e social.

À medida que o alemão se desenvolveu, firmando-se como um meio legítimo de comunicação, com a potencialidade de expressar ampla gama de idéias, a tradução passou a ter um papel menos importante na sua história. Contudo, nunca deixou de ser um fator no desenvolvimento contínuo da língua (Koller, 1984, p. 122). Vale notar as traduções feitas durante o Iluminismo: de Homero, por Heinrich Voss (1751-1826); de Shakespeare, por Christoph Martin Wieland (1733-1813)¹⁵; de Milton, por Johann Jacob Bodmer (1698-1783) e da literatura francesa, por Johann Christoph Gottsched (1700-66). De igual importância durante esse período foram as freqüentes discussões sobre lingüística e os princípios da tradução. No entanto, levou muito tempo para que emergisse uma língua alemã unificada, processo que só terminou no fim do século XVIII. Durante essa evolução, que durou mil anos, a tradução da Bíblia por Lutero (1483-1546) desempenhou um papel decisivo. Assim, seu trabalho e a contribuição que deu ao idioma alemão constituirão o foco principal desta seção.

O efeito do trabalho de Lutero como tradutor só pode ser compreendido contra o pano de fundo da Reforma e suas exigências lingüísticas e de comunicação, assim como a tradição prevalecente na época com respeito às traduções (Schildt, 1983). É importante também levar em conta não só as idéias teológicas de Lutero, mas sua personalidade, grande criatividade e habilitação lingüística.

No princípio do século XVI, os conflitos sociais tinham atingido tais dimensões na Alemanha que, durante algum tempo, um amplo movimento reuniu todas as classes sociais contra a Igreja Católica. Naquela época, as reformas sociais só podiam ser feitas com uma reforma paralela da Igreja. A divulgação sistemática das Escrituras na linguagem do povo, preconizada

por Lutero, proporcionou a esse movimento uma estrutura ideológica, ou seja, um programa (Arndt e Brandt, 1987), embora não fosse essa a sua intenção — suas ações eram uma conseqüência da sua teologia. A Bíblia já existia em alto-alemão¹⁵; sua tradução tinha sido concluída antes de Lutero, demonstrando que as pessoas comuns precisavam de uma Bíblia que pudessem ler no seu próprio idioma (Gelhaus, 1989-90, p. 1).

Lutero nasceu e foi educado em uma área lingüística da Alemanha centro-oriental onde já se havia formado uma língua normativa, linguagem literária de uma certa sofisticação. O emprego dessa variante do alemão literário para a tradução da Bíblia encorajou a sua padronização ulterior. Naturalmente, o pré-requisito técnico da distribuição maciça da Bíblia traduzida era a imprensa com tipos móveis, desenvolvida por Gutenberg havia oitenta anos.

O desejo de chegar a uma língua nacional unificada era expresso em diferentes graus pelas várias classes sociais, sendo especialmente forte na classe média em ascensão. Lutero respondeu a essa necessidade de comunicação na medida em que procurou empregar formas de linguagem que gozavam de ampla utilização regional e também tivessem uma extensa base social. Estava aberto a todas as influências, mas particularmente às da área do alto-alemão. Procurou, cada vez mais, aprimorar sua própria competência lingüística, mas não deixou de levar em conta a língua falada pelo povo. Lutero estudou línguas de forma intensiva, não só o latim, mas também o grego e o hebraico, as duas línguas originais da Bíblia. E para chegar à correspondência mais apropriada em alemão, valeu-se do apoio de especialistas como Philipp Melanchthon, em grego; Markus Aurogallus, em hebraico; e Caspar Cruciger, em latim. Consultou também profissionais como guardas-florestais e de caça, para resolver problemas específicos de terminologia. Acima de tudo, sua criatividade e sensibilidade poética eram insuperáveis. Foram esses os fatores que explicam a grande influência que a tradução de Lutero tem desfrutado até os nossos dias.

As realizações lingüísticas de Lutero se baseavam em um certo número de princípios. Em primeiro lugar, ele advogava o retorno às línguas originais da Bíblia: o hebraico, no Antigo Testamento; e o grego, no Novo Testamento (sem contudo desprezar completamente a *Vulgata* latina, no caso do Novo Testamento). Outro princípio era a abordagem filológica inovadora, baseada na influência crescente da filosofia humanista. Embora a Igreja Católica tivesse proclamado a *Vulgata* como a versão oficial da Bíblia, Lutero a rejeitava como um texto autêntico¹⁶. Um princípio adicional era a orientação para a cultura-meta. Ele reformulou o texto da Bíblia como um texto alemão; isto é: o texto histórico foi revisto para ajustar-se à mentalidade e ao espírito da

sua época. Lutero reconhecia que a equivalência semântica era por si só insuficiente. Para superar as enormes diferenças históricas e de comunicação fazia-se necessário interpretar as idéias de uma cultura e de uma sociedade muito distantes, no espaço e no tempo, daquela em que a tradução seria lida (Bondzio, 1984).

Lutero procurou formular sua tradução de acordo com as regras da língua-meta (Arndt e Brandt, 1987, p. 45), mas a língua alemã ainda não alcançara um estágio de desenvolvimento que o tornasse plenamente possível. Outro princípio a que Lutero aderiria era o de que a palavra devia seguir o sentido do texto, e não o contrário (Stolt, 1983, p. 244). Não se tratava de uma idéia nova: a noção da subordinação das palavras às coisas pode ser encontrada em uma variedade de fontes do mesmo período (Rener, 1989, p. 21). Não obstante, era uma atitude corajosa, pois ele estava lidando com um texto sagrado. Lutero acreditava que a tradução era sempre uma interpretação, pelo menos até certo ponto. Assim, a exatidão filológica deixara de ser sua preocupação principal: pensava que os tradutores deviam lutar pela adequação moral e circunstancial, e por isso pretendia que fossem treinados em filosofia e teologia e que tivessem alguma experiência pastoral (Bondzio, 1984, p. 268).

Os princípios da tradução e as estratégias seguidas por Lutero podem ser inferidos comparando-se diferentes edições das traduções publicadas (que editou pessoalmente), especificamente entre 1522 e 1546. Elas refletem uma tendência para a expressão direta e viva, por exemplo, mediante a substituição de expressões verbais por frases nominais, o que é particularmente evidente nas suas traduções dos Salmos¹⁷. Quando traduzia, Lutero sempre levava em conta o som da linguagem falada. Como pregador, podia observar a reação direta da sua audiência e julgar sua capacidade de digerir o que dizia, experiência da qual se valia como tradutor.

Lutero defendeu suas traduções em dois textos: *Sendbrief vom Dolmetschen* (1530) e *Summarien über die Psalmen und Ursachen des Dolmetschens* (1531-33). Ou seja: "Carta circular sobre a tradução" e "Defesa da tradução dos Salmos". Esses textos foram escritos para rebater as acusações, por membros da Igreja Católica, de que havia alterado ou falsificado as Sagradas Escrituras. O arcebispo da Mogúncia proibira a tradução de documentos clericais do grego e do latim, com a alegação de que a língua alemã não dispunha de um vocabulário adequado e não se prestava à apresentação de conceitos teológicos (Gelhaus, 1989). *Sendbrief* e *Summarien* eram textos defensivos, e possivelmente não pretendiam constituir um tratado sobre a tradução ou propor um novo método (Rener, 1989, p. 129-31); contudo, Lutero aproveitava a oportunidade para refletir sobre certos problemas teóricos que até hoje continuam sendo

debatidos. Entre os temas que discute estão: a tradução livre e a literal, a "naturalização" dos textos traduzidos, questões de estilo e a importância de levar em conta o contexto (Stolt, 1983).

Nesses textos, Lutero introduz alguns exemplos da *Vulgata*, contrastando a tradução literal com as suas versões, que acentuavam o sentido da frase em lugar do sentido de palavras isoladas. Um exemplo muito citado é o acréscimo da palavra *allein* (só), usada com o sentido de *nur* ("somente"), na carta de São Paulo aos romanos (3:28), onde a palavra latina *sola* não aparece no original. A seguinte frase consta da *Vulgata*: *Arbitramur hominem iustificari ex fide absque operibus legis*, que Lutero traduz como: *Wir halten, das der mensch gerecht werde on des gesatzts werck, allein durch den glauben* (Arndt, 1968, p. 25). (A conclusão é que Deus declara livre de culpa o homem só pela sua fé, sem exigir-lhe o cumprimento da Lei.) Trata-se do tema central do ensinamento de Lutero: o homem alcança a justiça de Deus não pela obediência às prescrições da Igreja Católica, mas pela fé somente. Neste ponto, Lutero questiona toda a *raison d'être* da Igreja Católica como instituição; justifica o acréscimo da palavra "só" não apenas com argumentos teológicos mas também lingüísticos: como se fala de duas coisas, uma das quais é afirmada, e a outra negada, a palavra "só" precisa ser acrescentada para fixar o contraste de forma mais clara. O par *alleinsola* passa a ser uma fórmula central na teologia de Lutero (Brendler, 1983, p. 264).

Outro exemplo é o de Mateus 12:34, que no texto latino diz: *Ex abundantia cordis os loquitur*. Para substituir a tradução literal, que fica obscura (A boca fala a partir de um excesso de coração), Lutero propõe uma versão livre, usando um provérbio alemão muito conhecido: *Wes das Herz voll ist, des geht der Mund über* (Arndt, 1968, p. 33). O sentido literal do provérbio é o seguinte: "Quando o coração está pleno, a boca transborda"; seu equivalente em inglês bíblico é *Out of the abundance of the heart the mouth speaketh* (A boca fala daquilo que abunda no coração).

Esses exemplos procuram mostrar que, em certos casos, uma correspondência fiel trai o sentido genuíno da frase, e os tradutores precisam, às vezes, buscar uma correspondência na língua-meta que com outras palavras deixe claro o pensamento contido no original. Por isso, Lutero merece "um lugar especial na história da língua e também na história da tradução" (Rener, 1989, p. 131).

Lutero pretende que sua tradução seja também mais coloquial e mais compreensível. Seu objetivo, neste caso, era manter um equilíbrio apropriado entre os registros corrente e elevado, entre a linguagem sagrada e a cotidiana, como ninguém antes conseguira. Em *Sendbrief*, afirma que o alemão

devia ser falado como “um homem do povo no mercado”. A língua do povo foi para ele uma inspiração e uma fonte infinita, mas não se pode dizer, com base na sua tradução da Bíblia, que ele falasse ou escrevesse como um homem do povo. Com efeito, sua célebre afirmativa a respeito do “homem do povo” não pode ser tomada literalmente, mas sim como uma descrição figurativa do uso da linguagem, a autoridade que sustenta as expressões coloquiais (Reyer, 1989, p. 131).

O exemplo citado mostra como o coração (*Herz*) era importante para Lutero. No universo da representação bíblica, era a sede da razão e do intelecto, como Birgit Stolt (1990) demonstrou. Para Lutero, os pensamentos, os sentimentos e as palavras eram inseparáveis, e todos se localizavam no coração, que era também o centro da fé. Assim Lutero define as qualidades exigidas do bom tradutor: “A tradução não é uma arte para qualquer pessoa, como pensam os tradutores sagrados que perderam o rumo. O que se necessita é um coração justo, devoto, fiel, diligente, piedoso, cristão, educado, bem-ver-sado e experiente” (Arndt, 1968, p. 37).

A influência exercida por Lutero sobre a língua alemã e a arte da tradução se tornou evidente logo depois da sua morte. As primeiras gramáticas alemãs, publicadas no século XVI por Valentin Ickelsamer e Fabian Franck, se baseavam diretamente na tradução da Bíblia por Lutero. Digna de menção é a obra de Johannes Clajus (1535-92), intitulada *Grammatica germanicae linguae ex Bibliis Lutheri germanicis et aliis eius libris collecta* (Gramática da língua alemã baseada na Bíblia de Lutero e em suas outras obras colecionadas). Só no século XVIII surgiu uma avaliação mais diferenciada da linguagem de Lutero. Johann Christoph Adelung (1732-1806), autor de uma *Grammatisch-Kritisches Wörterbuch der hochdeutschen Mundart* (Dicionário crítico e gramatical do dialeto alto-alemão), considerou a Bíblia de Lutero mais como uma fonte útil do que como modelo de linguagem correta (Sonderegger, 1984, p. 141). Contudo, a influência normativa da linguagem de Lutero pode ser observada até no século XIX, no dicionário de Grimm, por exemplo, em que *da* aparece como uma fonte de grande importância¹⁸.

Com sua tradução da Bíblia, Lutero ajudou a promover o enriquecimento e a padronização do léxico alemão, e o desenvolvimento de uma sintaxe equilibrada, com o emprego de meios formais, tais como a posição dos verbos e das conjunções, assim como o uso da inicial maiúscula nos substantivos. Sua contribuição principal, porém, foi no campo estilístico. A clareza, a boa compreensão, a simplicidade e a vivacidade são as características mais

importantes do estilo usado na tradução da Bíblia, que ainda hoje serve de modelo para a boa escrita. O próprio Lutero descreveu assim a essência do seu estilo: *das also dringe und klinge ynns Hertz, durch alle Sinne* (por baixo de todo sentido, ele penetra o coração e nele ressoa). Todas as revisões da Bíblia e as traduções modernas são avaliadas de forma consistente por comparação com o texto de Lutero.

Lutero pode não ter criado propriamente as novas formas escrita e falada do alto-alemão, mas suas traduções foram um fator importante, elemento caraterizador e padrão de avaliação no desenvolvimento da língua nacional dos alemães (Koller, 1984, p. 122). Sua coleção e seleção dos meios disponíveis dentro do sistema lingüístico da sua época, ao lado das suas próprias criações e inovações, influenciaram toda a língua alemã (Arndt e Brandt, 1987, p. 140).

A EVOLUÇÃO DA LÍNGUA GBAIA DA REPÚBLICA DOS CAMARÕES

Durante muitos séculos, a tradução tem representado um meio importante de comunicação na África. Embora não seja possível (pelo menos no momento) indicar a data exata em que teve início este processo de tradução, há algumas indicações de que começou cedo. A *Septuaginta*, uma tradução das Escrituras do hebraico para o grego, feita entre os anos 250 e 130 a.C., no Egito, é um bom exemplo. Houve traduções das Escrituras para o copta no século III, e para o geês, uma língua da Etiópia, nos séculos IV e V.

No século XVIII, a versão completa da Bíblia já estava disponível em duas línguas africanas, o geês e o árabe, enquanto o Novo Testamento tinha sido vertido para o copta. Durante o século XIX, a crescente atividade de missionários cristãos gerou “um fluxo contínuo de traduções bíblicas” (Metzger e Coogan, 1993, p. 772). Algumas dentre as primeiras dessas traduções foram a malgache, em 1835 (em Madagascar), e em amharico, em 1840 (na Etiópia). Segundo as United Bible Societies, no fim de 1984, das 286 línguas em que a Bíblia foi traduzida, 109 eram africanas.

O desenvolvimento das línguas nacionais e a evolução da tradução na África são fenômenos interligados. Devido às contribuições dos primeiros tradutores missionários, em Camarões, por exemplo, línguas nacionais como o isubu, o duala, o ewondo, o bulu, o fulfulde, o mungaka e o bamun foram desenvolvidas e utilizadas para difundir o Evangelho (Nama, 1990a, p. 356-69). O mesmo fenômeno aconteceu em muitos outros países africanos.

Esta seção pretende articular as origens históricas e a evolução da língua gbaia, promovida por tradutores. O Centro de Tradução Gbaia contribuiu enormemente para a evolução da teoria e da prática da tradução, o desen-

volvimento das línguas nacionais e a disseminação e preservação da cultura e filosofia gbaia. Seus fundamentos foram estabelecidos pelos missionários da extinta missão sudanesa, em 1924. O centro foi fundado em Ngaoundere e depois transferido para Meiganga, onde se encontra atualmente.

O povo gbaia habita partes das províncias do leste e de Adamawa da República dos Camarões, partes da República Centro-Africana e da República do Congo (Burnham, 1986). Pelo menos 2 milhões de pessoas, em três países africanos, falam algum dialeto gbaia. Os gbaia, especialmente os que vivem na República dos Camarões, não são lavradores, mas caçadores nômades; emigraram principalmente do planalto Adamawa e do norte de Camarões para os locais onde residem agora; por isso, foram influenciados cultural e lingüisticamente pelos fulbes (também conhecidos como fulas, fulanis ou fulfuldes) durante várias gerações¹⁹.

A classificação da língua gbaia na obra de Joseph Greenberg, *The Languages of Africa* (1963), é controversa. Chia (1976) a classifica como um subgrupo da família níger-congo. O gbaia consiste nos seguintes dialetos: yaayuwee, lay, mondome, ganginda, dooka, gaymona, mbusuku e yaangele. "Gbaia mbere", a língua falada no vale de Mbere, em Meiganga e seus arredores, chegando à República Centro-Africana, difere do "gbaia bertoua", falado em Bertoua, capital da província do Leste da República dos Camarões, e sua vizinhança. O Centro de Tradução Gbaia, em Meiganga, trabalha em um único dialeto, o yaayuwee, pois os que falam esse dialeto, habitantes da parte setentrional do território, são o grupo mais importante dentre os gbaia (Burnham 1986). Embora o yaayuwee seja o principal instrumento de tradução e interpretação, especialmente no Centro de Tradução Gbaia, em Meiganga, não é o único veículo de disseminação da cultura e filosofia gbaia. Em escala variada, os outros dialetos têm servido também como meios de tradução e interpretação desde 1910, data das primeiras tentativas de escrever nessa língua.

Dois grupos de europeus têm o mérito de haver indicado o caminho para o desenvolvimento da língua gbaia e da atividade de tradução e interpretação: em primeiro lugar, os etnólogos, lingüistas e tradutores alemães, que chegaram para estudar a língua e a cultura indígenas; em segundo lugar, os que vieram propagar a fé cristã entre os gbaia de Camarões, da República Centro-Africana e da República do Congo. Os sacerdotes norte-americanos da Missão Sudanesa, por exemplo, chegaram a Mboula e Meiganga em 1924 e tiveram um papel pioneiro na promoção da língua gbaia.

Entre 1924 e 1940, a educação, a promoção das línguas nacionais, a evangelização e a tradução e interpretação estiveram tão associadas entre os gbaia

que é difícil discutir qualquer desses aspectos de forma isolada. À medida que os primeiros missionários convertiam e educavam os habitantes locais, eram assistidos por um grupo de indígenas que tinham boa educação e conheciam pelo menos duas línguas européias. Joseph Garba, um convertido preeminente, foi batizado em 1928, juntamente com outros que depois passaram a assistir os missionários em sua atividade como tradutores. Garba, conhecido entre os gbaia como *kaigama* (notável chefe adjunto), pediu aos missionários para traduzir a vida de Cristo e os dez mandamentos. Em 1932, a conversão dos gbaia adquiriu tal impulso que até mesmo o chefe de Mboula foi batizado. Em 1942, pastores locais como Paul Baroro e Daniel Mbarakao tinham começado a pregar e a interpretar o Evangelho na língua gbaia. Esses indígenas tiveram um papel dominante na tradução e interpretação, semelhante ao de Akwa Mpondo, Timba e André Mbangué, dentre outros, pioneiros entre os católicos de Duala em 1908. No entanto, a semelhança termina aí, porque, ao contrário de André Mbangué e seus colegas, que foram enviados à Alemanha para se aperfeiçoarem, de modo que pudessem colaborar nas traduções, os pioneiros gbaia participaram da tradução da Bíblia sem ter viajado para os Estados Unidos a fim de aprimorar sua habilitação lingüística.

O reverendo Adolphus Gunderson (c.1890-1951), lingüista e tradutor, contribuiu enormemente para desenvolver a língua gbaia. Ele conhecia o inglês, francês, fulfulde e, mais tarde, o dialeto mbere da língua gbaia. Alguns etnógrafos e lingüistas alemães já tinham tentado escrever em gbaia, mas a atividade de tradução adquiriu um grande impulso em 1933, quando Gunderson começou a redigir na língua gbaia, com o reverendo Anderson, em Abba, uma cidadezinha da República Centro-Africana, para difundir o Evangelho entre os gbaia dos dois países. Depois de aprender o idioma e de criar uma escrita para ele, Gunderson abriu uma escola destinada ao ensino do gbaia e do francês aos povos indígenas. Coligir, transcrever e traduzir a literatura oral parece ter sido outra preocupação importante desses primeiros missionários-tradutores (Noss, 1981), e Gunderson foi um dos que colecionou e traduziu o folclore gbaia.

As atividades de tradução e interpretação pelos membros da Missão Sudanesa não se limitavam ao domínio religioso. Missionárias-tradutoras que trabalhavam em áreas que incluíam o bem-estar físico e social do povo local também contribuíam para o desenvolvimento da língua gbaia; até os anos 1920, tradutoras como as senhoras Gunderson, Olette Bertson, Anne Olsen e Olga Kristen, por exemplo, traduziram para a língua gbaia documentos

sobre temas como assistência médica, social e economia doméstica. Material semelhante, até hoje, é publicado em gbaia.

Desde o princípio, o método predominante de tradução parece ter sido o trabalho em equipe, com seminários e revisão por parte dos indígenas e lingüistas que tinham um perfeito conhecimento da cultura em causa. Eugene Nida, muitas vezes, salientou a importância vital dos informantes locais nesse tipo de atividade (Nida e Taber, 1969).

Quando o reverendo Adolphus Gunderson morreu, em 1951, ele e seus companheiros (a maioria dos quais missionários-tradutores) tinham criado uma base sólida para a promoção da língua gbaia e a difusão do cristianismo entre os gbaias, mediante intensa atividade de tradução e interpretação, que se tornara uma parte integrante da vida e da cultura entre os gbaias.

Entre 1942 e 1971, ano em que o Centro de Tradução Gbaia foi transferido de Ngaoundere para Meiganga, parece ter havido um hiato no trabalho de tradução e interpretação na comunidade gbaia. No entanto, nesse período o reverendo Lloyd Sands traduziu o *Commentaire biblique*, que consistia em seções do Novo Testamento, e sua esposa traduziu o Cântico dos Cânticos. Sands trabalha hoje nos Estados Unidos como consultor de tradução para a língua gbaia. Também nesse período, foi fundada a Escola de Teologia em Meiganga; em 1961, ela formou seis pastores gbaias, incumbidos de difundir e interpretar o Evangelho na língua do seu povo.

A segunda fase das atividades de tradução e interpretação entre os gbaias do vale Mbere começou em 1971, quando o lingüista norte-americano Philip Noss abriu o Centro de Tradução Gbaia em Meiganga. Reputado estudioso da vida e cultura gbaias, Noss cresceu em Camarões e aprendeu a falar gbaia quando criança. Em 1981, era coordenador da Igreja Luterana Evangélica de Camarões e consultor honorário de tradução da United Bible Society, trabalhando em quatro línguas: inglês, francês, gbaia e inglês pidgin. É autor de uma conceituada gramática gbaia (*La grammaire gbaia*), co-autor de um dicionário francês-gbaia e tradutor de diversos livros, em muitos campos, do francês e do inglês para o gbaia.

Além disso, Noss publicou vários ensaios teóricos importantes que examinam o trabalho de tradução no contexto e da perspectiva da cultura africana, e especificamente da língua e cultura gbaias (Noss, 1981; 1985; 1987; 1991). Nesses trabalhos, discute a tradução ou adaptação de nomes e títulos bíblicos e registra observações valiosas sobre o "ideofone" — uma representação vívida de uma idéia em sons, que tem uma função importante no discurso gbaia. O ideofone pode ser um efeito tal como assonância, consonância ou aliteração, e funciona como adjetivo, advérbio ou partícula modificadora,

podendo ainda substituir um verbo e até mesmo uma frase completa. Devido à natureza complexa do ideofone, ele tem sido, muitas vezes, ignorado pelos tradutores, mas os membros do Centro Gbaia o têm empregado na tradução de trechos da Bíblia para transmitir, ao mesmo tempo, o sentido e o efeito dramático do original.

Como em outras partes da África, as línguas nacionais de Camarões começaram a se desenvolver no fim do século XIX, e em um período relativamente curto idiomas como o ewondo, o duala, o bulu e o gbaia amadureceram, graças ao papel crucial desempenhado pelos missionários-tradutores.

HEBRAICO: UMA LÍNGUA MODERNA PARA ISRAEL

O hebraico é uma língua antiga pertencente ao ramo cananita da família lingüística semita norte-ocidental. Os primeiros traços do hebraico antigo aparecem em inscrições do século VIII a.C., mas ele foi preservado sobretudo no texto da Bíblia hebraica, cuja compilação foi completada no século IV a.C. Depois da diáspora — a dispersão das comunidades judias fora da Palestina, após o exílio babilônico no século VI a.C. — o hebraico deixou de ser uma língua viva, mas preservou-se como língua sagrada, especialmente para fins religiosos. No entanto, em certas épocas foi utilizado também por autores judeus na literatura secular (por exemplo, a literatura hebraica da Idade de Ouro da Espanha medieval, e a literatura do movimento iluminista judeu na Europa do século XIX). Mas não era usado na vida cotidiana: os judeus falavam as línguas dos vários países onde viviam, assim como dialetos especiais usados exclusivamente por eles, como o *idiche*²⁰ e o *ladino*²¹.

O sionismo, o movimento nacionalista do povo judeu, surgiu inicialmente na Europa no século XIX²². Seu objetivo era restabelecer os judeus em Eretz-Israel (a "terra de Israel"). Nas suas primeiras fases, o movimento não pretendia, necessariamente, o retorno da língua hebraica para o uso cotidiano — mudança que não parecia realista. Theodor (Benjamin Ze'ev) Herzl (1860-1904), o primeiro líder sionista e o primeiro a conceber um estado judeu, pensava que o alemão seria a língua falada nesse estado. No entanto, surgiu dentro do movimento o desejo de reviver o hebraico, que ganhou força como a imigração judaica em Eretz-Israel.

Dentre as pessoas que lutaram por esse ideal, a mais importante foi Eliezer Ben-Yehuda (1858-1922), que ficou conhecido como "o ressuscitador do hebraico". Ben-Yehuda era um lingüista e jornalista que chegou a Eretz-Israel em 1881 e, em revistas que editou (*Ha-zvi*, *Hashkafa*), tentou persuadir os leitores a utilizar o hebraico na vida diária; e deu o exemplo, exprimindo-se

exclusivamente nessa língua, quando falava aos membros da sua família, e educando nela os filhos, o que era incomum naquela época. Preparou um dicionário hebraico e começou a adaptar a língua antiga à vida moderna, criando um grande número de novos vocábulos, muitos dos quais foram incorporados ao hebraico moderno.

Contudo, na época de Ben-Yehuda e mesmo depois, falavam-se em Israel, país de imigração, muitas línguas. Seus habitantes tinham origem variada, e muitos deles não falavam, liam ou escreviam o hebraico; situação que várias organizações procuraram mudar. Uma das mais fervorosas era o Corpo de Defensores da Língua, estabelecido em 1923. Essa organização de jovens lutou zelosamente para que só se empregasse o hebraico na vida pública. Encorajados pelos líderes sionistas, seus membros costumavam fazer demonstrações e intervir em atos públicos quando outras línguas eram usadas. A campanha pela primazia do hebraico condenava também os livros importados e os jornais locais em línguas estrangeiras, publicados para os imigrantes. Por fim, a batalha foi vencida pelo hebraico: hoje, não só ele é a primeira língua oficial do Estado de Israel (criado em 1948) como, nas palavras do poeta Yonathan Ratosh (1909-81), é "uma língua para a vida" (1982, p. 48). O hebraico é a língua usada na literatura e no jornalismo, na redação científica e tecnológica e na vida diária.

As traduções contribuíram para fazer reviver o hebraico de duas formas. Em primeiro lugar, elas ajudaram a difundir o idioma. Durante os anos em que ainda havia poucos textos originais em hebraico, em todos os campos (a literatura popular, os livros didáticos, etc.), as traduções preenchiam esse vazio. Por outro lado, elas enriqueceram a língua por meio do contato com outros idiomas.

Portanto, é muito difícil isolar a influência das traduções no desenvolvimento do hebraico moderno, já que os textos originais também tiveram um papel importante na difusão da língua. E o desenvolvimento do hebraico mediante contatos com outros idiomas (processo nem sempre aprovado pelos puristas) não se devia apenas às traduções. O hebraico absorveu, e continua a absorver, elementos de línguas estrangeiras, porque Israel é um país de imigrantes, cujos habitantes falam e lêem uma variedade de línguas; sua cultura sempre sofreu a influência de outras culturas: russa, anglo-americana, mediterrânea, do Oriente Médio e outras. Essas línguas deixaram sua marca no hebraico não só por meio de traduções mas por outros canais como a versão original de filmes e programas da televisão estrangeira. O exame que segue

procurará, contudo, determinar a influência específica da tradução no desenvolvimento do hebraico moderno, focalizando a obra de algumas figuras importantes no campo da tradução literária.

Um dos nomes mais importantes na vida literária judia depois da diáspora, do fim do século XIX ao princípio do século XX, foi Mendele Mokher Sforim (1835-1917), pseudônimo (que significa "Mendele, o livreiro") de Shalom Ya'akov Abramovitz. Mendele, que viveu em Odessa, na Rússia czarista, escreveu obras de ficção em ídiche e traduziu-as pessoalmente para o hebraico. Um dos seus livros mais importantes é *As viagens de Benjamim, o Terceiro*, uma sátira aguda da vida dos judeus na diáspora. A versão hebraica do livro apareceu em 1896. Perry (1981) analisou suas características lingüísticas e papel cultural, observando que as traduções se dirigem a leitores não familiarizados com a língua do original, mas neste caso a tradução se dirigia a leitores que já conheciam o livro em ídiche, e portanto tinha por objetivo contribuir para o renascimento do hebraico.

A principal dificuldade enfrentada por Mendele era a seguinte: o texto-fonte estava escrito em rico e vivaz ídiche, língua falada pelos judeus na diáspora, enquanto a língua-meta era antiga, petrificada; estilisticamente erudita, ecoava não a vida real, mas a Bíblia. No entanto, Mendele conseguiu transformar essa limitação em um mérito: a distância entre o estilo florido da tradução e o caráter ridículo dos heróis provocava um forte efeito irônico e, em si mesma, ajudava a criar uma sátira social. O uso efetivo do antigo hebraico bíblico foi adotado por outros autores judeus e mantém sua popularidade até hoje na sátira hebraica.

O emprego de traduções para dar vida ao hebraico é também característico de Chaim Nachman Bialik (1873-1934), o poeta nacional de Israel. Bialik começou sua carreira poética na diáspora, na Rússia, mas em 1924 emigrou para Eretz-Israel, onde continuou a escrever. Na poesia e na ficção escritas em hebraico, Bialik retratou a vida dos judeus na diáspora de forma crítica e também compassiva. Além da sua obra criativa, traduziu para o hebraico obras clássicas da literatura mundial, como *Dom Quixote*, de Cervantes, provavelmente a partir de versões russa e alemã. Escreveu também poemas populares e poemas infantis, que naturalmente não existiam em hebraico antes que este se tornasse uma língua viva. Esses textos eram, em parte, adaptações de canções em ídiche (Sadan, 1965; Shamir, 1986a, 1986b). Como no caso da tradução de Mendele, a linguagem empregada era sofisticada e ecoava a Bíblia. Ao considerar como as crianças receberiam essa linguagem, Bialik sugeriu que fariam o mesmo que fazem com as nozes, que

fortalecem seus dentes (Ofek, 1985, p. 79). A despeito da dificuldade lingüística, os poemas populares e infantis de Bialik se popularizaram; muitos foram musicados e ainda hoje são cantados. Bialik provou assim que o hebraico podia funcionar como uma língua "normal".

As traduções contribuíram para o desenvolvimento do hebraico moderno não só difundindo-o, mas também enriquecendo-o. No seu renascimento, o hebraico apresentava dois "vazios" (Dagut, 1981; Ivir, 1987). Como se tinha tornado uma língua sagrada, havia estagnado, faltando-lhe assim meios para expressar muitos dos conceitos da vida cotidiana; carecia de seres inteiros da realidade contemporânea, como a ciência e a tecnologia. Além disso, há muito que o hebraico só existia como língua escrita, faltando-lhe completamente a variante oral que os outros idiomas possuem.

Os tradutores precisavam resolver essas dificuldades, pois os textos-fontes incluíam tanto a língua falada como a que refletia a realidade moderna. Essa necessidade foi atendida pelo hebraico renovado de duas formas. Em primeiro lugar, sua própria gama de recursos foi ampliada, mediante a recuperação de vocábulos antigos, com o sentido original ampliado ou modificado, ou pela atribuição de um novo sentido a palavras cujo antigo significado fora esquecido; ou ainda pela formação de neologismos. Para criar uma "variante falada", os tradutores, às vezes, corrompiam deliberadamente a língua antiga, usando expressões de forma incorreta. Em segundo lugar, o hebraico se beneficiou dos contatos com várias línguas-fontes, enriquecendo o seu estoque de recursos mediante o empréstimo de palavras, a tradução literal de certas expressões e a imitação de formas gramaticais e sintáticas estrangeiras.

O que começou como uma necessidade objetiva se transformou, com o tempo, em uma norma estética voluntária, e, a partir do início do século, o hebraico se tornou gradualmente uma língua viva. E mesmo depois de se estratificar como qualquer língua "normal" e de adotar uma variante oral, cada nova tradução recriava o hebraico dos dois modos mencionados acima (Even-Zohar, 1976; Toury, 1977, 1980; Ben-Shahar, 1983; Weissbrod, 1989). Ao abordar a língua falada, em certos textos-fontes, encorajava-se o emprego de uma "língua falada fictícia", pois se considerava que o "hebraico falado autêntico" estava de acordo com a rua, mas não com a literatura. Agora há menos hostilidade à acolhida do hebraico falado pela literatura, mas surgiu outra razão para usar uma língua falada fictícia nas traduções de obras literárias. Diz-se que a língua falada pertence sempre a um contexto social e histórico específico, que não admite substituição; parece preferível, assim,

usar nas traduções uma fala inventada, pertencente ao "terceiro território", o local de encontro das línguas-fontes e metas (Mirsky, 1978).

A criatividade lingüística na tradução para o hebraico ficou associada, eminentemente, ao trabalho de Abraham Shlonsky (1900-73), um dos mais reputados poetas e tradutores hebraicos do século XX. Na sua poesia e nas traduções a invenção é não só uma forma de preencher vazios, mas um recurso estético em si mesmo. Shlonsky seguiu os dois caminhos descritos acima. Em primeiro lugar, renovou o hebraico baseando-se nos seus próprios recursos: recorreu habilmente os vários estratos históricos do idioma; mas criou também um grande número de neologismos, com base em formas gramaticais existentes. Provavelmente, a tendência para criar novos vocábulos foi estimulada pelo fato de Shlonsky ter sido um poeta modernista, e o modernismo permitia todo tipo de liberdade, inclusive a licença para "brincar" com a língua. Muitos dos seus neologismos, que foram colecionados por Kna'ani (1989), criaram raízes na literatura e na língua cotidiana. Em segundo lugar, Shlonsky enriqueceu o hebraico inspirando-se nas línguas-fontes. Sua obra pertence a uma época em que a cultura hebraica (a política, o teatro, a roupa, as canções populares, etc.) sofria forte influência russa. Ele traduziu poesia e prosa russas, e usou a língua russa para criar uma forma de língua falada apropriada à literatura, caracterizada pela estrutura, vocativos, conectivos e diminutivos derivados do russo. A influência exercida por Shlonsky sobre a literatura hebraica se manifesta no fato de que mesmo os autores nascidos em Israel e que não falavam ou liam russo adotaram seu estilo russificado (Even-Zohar, 1990).

O trabalho de Shlonsky fortaleceu a concepção das traduções literárias na cultura hebraica: a tradução era considerada não só uma intermediação entre os leitores e a literatura mundial, mas também um meio de desenvolver o hebraico moderno. Para citar o crítico Israel Cohen (1957):

A tradução do que há de melhor na literatura mundial não só enriquece a nossa literatura e amplia os horizontes dos seus autores e leitores como forja a língua nacional e a desafia, forçando-a a brunir suas riquezas e a explorá-la em profundidade para encontrar expressões equivalentes; habitua a língua a vocalizar sentimentos, idéias e percepções até então ausentes, para criar novas modalidades expressivas.

Graças aos esforços desenvolvidos pelos tradutores de línguas literárias e de textos sagrados, as línguas nacionais nasceram, se desenvolveram e enriqueceram, recebendo um novo sentido e uma nova vida. Embora esses esforços tenham, muitas vezes, encontrado alguma oposição, o que provocou,

em alguns casos, a perseguição e até mesmo a execução dos tradutores, estes também se beneficiaram com o apoio de pessoas e instituições poderosas. Associados a grandes projetos nacionalistas e de reforma religiosa (às vezes a combinação das duas ideologias), o trabalho dos tradutores desempenhou um papel significativo no desenvolvimento das culturas-metas e na gênese das próprias línguas.

Este capítulo foi escrito por Charles Atangana Nama (Camarões), em colaboração com Anneliese Abramowski (Alemanha), Paul Horguelin (Canadá), Moses Nanyi Nintai (Camarões), Rachel Weissbrod (Israel), Lars Wollin (Suécia) e Judith Woodsworth (Canadá).

NOTAS

- ¹ Devido ao significado e à complexidade da sua obra, alguns desses nomes vão reaparecer no livro: Chaucer no cap. 3, Caxton nos caps. 5 e 8, Tyndale no cap. 6.
- ² Não se confunda Agostinho de Canterbury (falecido em 604) com Aurelius Augustinus, ou Santo Agostinho (354-430), contemporâneo de São Jerônimo, bispo de Hippo Regius no Norte da África, pai e doutor da Igreja.
- ³ Não totalmente desconhecido na Inglaterra, o cristianismo fez ali algum progresso no século III. No século V, Santo Ninian pregou o Evangelho na Escócia e São Patrício na Irlanda. Quando chegaram Agostinho e seus monges, sua tarefa foi facilitada pelo fato de que já havia um pequeno número de cristãos no Reino de Kent, aonde chegaram, e o rei Æthelbert havia desposado uma cristã.
- ⁴ Devido à sua importância comercial, mercadores de toda a Europa se reuniam em Bruges, formando comunidades nacionais, cada uma delas dirigida por um governador. O chamado *merchant adventurer* era essencialmente qualquer comerciante inglês empenhado no comércio internacional (Blake, 1969, p. 31).
- ⁵ O termo *lingua franca*, de origem italiana, se referia inicialmente à língua dos comerciantes europeus que operavam no Mediterrâneo oriental, e não ao idioma dos francos que colonizaram a Gália no século V. Era uma mistura principalmente de línguas romances, usada na região mediterrânea do tempo das Cruzadas até o fim do século XIX. Hoje, a expressão se refere a qualquer língua utilizada em comum para fins práticos, seja uma língua nacional ou híbrida (Calvet, 1981). Na Índia, o urdu (do turco *ordu*, que significa "exército") nasceu com a conquista mongol, como idioma de comunicação do exército e da administração do império. O suahili (do árabe *sabel*, "costa") foi usado originalmente pelos comerciantes árabes na costa oriental africana.

- ⁶ Os chamados "Juramentos de Estrasburgo" foram um tratado de aliança "jurado" por dois netos de Carlos Magno: Carlos, o Calvo e Luís, o Alemão, quando dividiram o império. Carlos e Luís se comprometeram a defender-se mutuamente contra outro irmão, Lotário; os Juramentos foram transcritos na língua romance de Carlos e no idioma teutônico (alemão medieval) de Luís, sendo reproduzido nas *Histórias* de Nithard, do século IX, inteiramente em latim. Alguns filólogos afirmam que a versão romance é uma tradução do latim ou do teutônico. Contudo, acredita-se hoje que os Juramentos foram redigidos originalmente em vernáculo, seguindo o modelo de textos latinos comparáveis, e os pesquisadores procuram agora identificar seu autor ou autores (Cerquiglini, 1991).
- ⁷ O termo *francien* foi cunhado pelo filólogo Gaston Paris (1889) para designar a língua falada durante a Idade Média na região da *Île-de-France*. Como língua da corte, ela se difundiu com a expansão da influência real, tornando-se a língua nacional francesa. Segundo pesquisas recentes, tornou-se a língua escrita usada pelas pessoas educadas nas províncias da *langue d'oïl*, e não um mero dialeto oral.
- ⁸ A Académie Française foi instituída em 1634 pelo Cardeal Richelieu, tendo recebido sua carta régia de Luís XIII, em 1635. Richelieu atribuiu-lhe a missão de desenvolver e purificar a língua francesa, tarefa iniciada por Malherbe e que os seus membros continuam a executar até hoje, revisando e publicando um dicionário oficial.
- ⁹ A expressão *belle infidèle* foi atribuída a Gilles Ménage (1613-92), que se diz ter comentado as traduções de Nicolas Perrot d'Ablancourt nesses termos: "Chamei-a *la belle infidèle* (a bela infiel), como costumava referir-me a uma das minhas amantes, quando era jovem" (Ménage, 1715, 2, p. 186). A expressão foi usada no século XVII para designar uma determinada atitude ou abordagem, que preferia uma tradução livre em lugar de uma correspondência literal. Sobre a origem dessa expressão, vide Zuber (1968, p. 195 e 196, nota 35).
- ¹⁰ Empregado com sentido mais preciso, o termo "Escandinávia" denota a parte central e mais importante dessa região, abrangendo Suécia, Dinamarca e Noruega. Hoje, essas línguas escandinavas são faladas por cerca de 17 milhões de pessoas.
- ¹¹ Vide cap. 1, nota 4.
- ¹² Nascida em uma família nobre, perto de Norrtälje, Brigitte (Birgitte, Bridget ou Brites) Persson foi esposa de Ulfo, governador da província de Närke. Teve oito filhos, inclusive Santa Catarina da Suécia. Depois da morte do esposo, devotou-se ao misticismo; fundou o Mosteiro de Vadstena e depois uma ordem religiosa. Passou os últimos 23 anos da sua vida em Roma, onde atuou como conselheira do papa. Suas *Revelações*, que combinam histórias da vida de Cristo e da Virgem com sugestões de reforma da Igreja, incluem as sete partes do *Liber celestis*, as *Revelationes extravagantes* e a *Opera minora*.

- ¹³ Notker, o Alemão (*Notker der Deutsche*), também conhecido como Notker III ou Notker Labeo, foi um monge de St. Gall, que na época era um dos centros florescentes da cultura alemã. St. Gall está agora em território suíço.
- ¹⁴ No próximo capítulo, discutiremos outros tradutores alemães de Shakespeare, especialmente Schlegel e Tieck.
- ¹⁵ Há registro de pelo menos catorze bíblias completas em alto-alemão antes da de Lutero. Johann Mentel (1410-78), um dos primeiros gráficos a usar tipos móveis, editou uma Bíblia em 1466, em Estrasburgo, e quatro edições em baixo-alemão foram também publicadas depois de 1478.
- ¹⁶ Sobre a *Valgata*, vide cap. 6, e em particular a nota 14.
- ¹⁷ Arndt (1968) registra exemplos notáveis do Salmo 63 ("Meu coração tem sede de Deus") e do Salmo 23 ("O Senhor é o meu pastor"). As traduções de Lutero de 1524 são comparadas com as versões posteriores, menos literais e mais coloquiais.
- ¹⁸ O *Deutsches Wörterbuch* (*Dicionário da língua alemã*), cuja primeira parte foi publicada em 1852. Vide cap. 8.
- ¹⁹ Guerreiros e criadores de gado, os fulbes são uma mistura de etíopes, árabes e outros povos negros africanos. Seminômades, deslocam-se em busca de água e pastagens para seus animais. Mais de 2 milhões de fulbes vivem na África ocidental.
- ²⁰ O ídiche é uma língua germânica, escrita com caracteres hebraicos, que teve origem no início do século XII, em uma mistura de vários dialetos alemães falados nos guetos da Europa Central, de onde se espalhou por outras partes da Europa. Foneticamente, o ídiche se aproxima do médio alto-alemão, e o seu vocabulário é essencialmente germânico, enriquecido com empréstimos do hebraico, das línguas eslavas e romances e do inglês. O ídiche é agora muito menos falado, a despeito de algumas tentativas recentes de revivê-lo, como na América do Norte, por exemplo.
- ²¹ O ladino, ou judeu-espanhol, é uma mistura de castelhano medieval, hebraico, árabe e outros elementos; é a língua dos judeus sefarditas, provenientes originalmente da Espanha e de Portugal.
- ²² Desde a época da diáspora, os judeus exilados sonhavam em retornar à sua terra de origem, simbolizada por Sião (Jerusalém). Embora o sionismo reflita essa tradição, faz referência, estritamente, ao movimento nacionalista mais recente responsável pela criação do moderno Estado de Israel. De modo geral, se atribui a iniciativa sionista a Theodor Herzl e outros grupos e personalidades do século XIX.

LEITURA SUPLEMENTAR

Amos, 1973; Aulotte, 1980; Baugh, 1957; Ben-Shahar, 1983; Brewer, 1978; Buridant, 1983; Chavy, 1974, 1988; Chia, 1976; Christensen, 1983, 1984, 1985, 1986, 1989; Cohen, 1962; Dagut, 1981; Daniell, 1992, 1994; Di Stefano, 1977; Gellerstam, 1986; Horguelin, 1981; Huchon, 1988; Kna'ani, 1989; Lathrop, 1967; Lee, 1968; McCrum, 1986; Mirsky, 1978; Monfrin, 1964; Nais, 1967; Nama, 1990a, 1990b, 1993; Noss, 1987; Painter, 1976; Perry, 1981; Rener, 1989; Strand, 1966; Weissbrod, 1989; Wollin, 1991a, 1991b.